

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ELIAS LOUREIRO CROMWELL

A Atuação do “AFRICOM” na África Ocidental:

Reflexos para a Marinha do Brasil

Rio de Janeiro

2013

CMG ELIAS LOUREIRO CROMWELL

A atuação do “AFRICOM” na África ocidental:
Reflexos para a Marinha do Brasil

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) CLÁUDIO
ROGÉRIO DE ANDRADE FLÔR

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2013

Dedico à minha Mãe, "*in memoriam*".

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, CMG (RM1) CLÁUDIO ROGÉRIO DE ANDRADE FLÔR, pelas intervenções seguras e sempre muito oportunas que contribuíram, sobremaneira, para a conclusão deste trabalho.

À minha esposa, por sua inestimável colaboração no entendimento da contextualização histórica norte-americana e na confecção do *Abstract*, bem como pelo seu constante apoio e estímulo para a produção desta monografia.

Ao meu filho, por ser uma constante fonte de inspiração e pela compreensão nas minhas ausências para produzir esta monografia.

RESUMO

Em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América (EUA) concentraram toda sua atenção e esforços, não somente na neutralização da rede terrorista al-Qaeda responsável pelos referidos atentados, mas também em monitorar os muçumanos fundamentalistas ao redor do mundo, bem como aumentou sua presença e atuação militar no Oriente Médio e na África. Este projeto tem como propósito principal analisar se a atuação dos EUA, por intermédio do *United States Africa Command* (AFRICOM), Comando Combatente para a África, nos países limítrofes da costa ocidental da África é convergente ou divergente com os interesses do Brasil, em particular da Marinha do Brasil (MB), nesse entorno geográfico. Para tal, será necessário contextualizar historicamente esses países, além de fazer uma breve análise geopolítica do Atlântico Sul, de forma a identificar os interesses e possíveis ameaças à segurança do Brasil e dos EUA na costa ocidental da África. Ademais, para compreender a atuação do AFRICOM nessa região e os reflexos para a MB será necessário descrever a Estrutura Militar dos EUA e detalhar o papel do AFRICOM nessa estrutura.

Palavras-chave: Comandos Combatentes Unificados, AFRICOM, Plano de Comando Unificado.

ABSTRACT

In response to the September 11, 2001 terrorist attacks, the United States of America concentrated its attention and forces on the elimination of the al-Qaeda terrorist network, as well as the surveillance of Muslim fundamentalist elements worldwide, most notably through a heightened presence and military reach in the Middle East and Africa. This project will analyze whether the operations of the United States, through the United States Africa Command (AFRICOM), in the countries of West Africa are convergent or divergent with the interests of Brazil, and in particular with the Brazilian Navy, in this geographic region. Through historical and geopolitical analysis of these countries and their respective policies in the South Atlantic, the mutual and disparate interests and security threats of West Africa and its coast for Brazil and the United States will be identified. Further, to best understand the operations of AFRICOM in this region and the implications for the Brazilian Navy, the organizational and operational structure of the US military will be described in depth with particular emphasis on the role of AFRICOM within this structure.

Key-words: AFRICOM, Unified Combatant Command, Combatant Command Plan.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|----------------------------------------------------|
| ACNBN | Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia |
| AFRICOM | Comando da África |
| AGOA | Ato de Crescimento e Oportunidade Africano |
| APS | Estação de Parceria para a África |
| CENTCOM | Comando Central |
| CJCS | Chefe do Estado-Maior Conjunto |
| CNO | Chefe de Operações Navais |
| CNUDM | Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar |
| COCOMs | Comandos Combatentes |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| DoD | Departamento de Defesa |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| EUA | Estados Unidos da América |
| EUCOM | Comando Europeu |
| FNN | Força Naval Namibiana |
| GFS | Estação de Esquadra Global |
| ISS | Simpósio Internacional do Poder Marítimo |
| LCM | Linhas de Comunicações Marítimas |
| MB | Marinha do Brasil |
| MD | Ministério da Defesa |
| MDA | Consciência do Domínio Marítimo |
| MIO | Operações de Interdição Marítima |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |

| | |
|---------|---------------------------------------------------------|
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PACOM | Comando do Pacífico |
| PAEMB | Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil |
| PDN | Política de Defesa Nacional |
| PEI | Política Externa Independente |
| UCC | Comando Combatente Unificado |
| UCP | Plano de Comando Unificado |
| USN | Marinha dos EUA |
| WTC | World Trade Center |
| ZOPACAS | Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Áreas de responsabilidades dos Comandos Combatentes, antes e depois do AFRICOM. | 39 |
| Figura 2 - Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África – 2003-2010. | 68 |
| Figura 3 - Visitas do Presidente Lula da Silva a países africanos – 2002-2010..... | 69 |
| Figura 4 – Estrutura Militar dos EUA | 70 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 | CONTEXTUALIZAÇÃO | 12 |
| 2.1 | CONTEXTO HISTÓRICO REFERENTE AO BRASIL | 12 |
| 2.2 | CONTEXTO HISTÓRICO REFERENTE AOS EUA..... | 17 |
| 2.3 | ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO ATLÂNTICO SUL E COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA | 22 |
| 2.4 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS | 28 |
| 3 | PRINCIPAIS AMEAÇAS..... | 30 |
| 3.1 | AMEAÇAS À SEGURANÇA DO BRASIL..... | 30 |
| 3.2 | AMEAÇAS À SEGURANÇA DOS EUA | 32 |
| 3.3 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS | 34 |
| 4 | ESTRUTURA MILITAR DOS EUA/AFRICOM..... | 36 |
| 4.1 | ORIGEM DO AFRICOM..... | 36 |
| 4.2 | A ESTRUTURA MILITAR DOS EUA | 41 |
| 4.3 | O PLANO DE COMANDO UNIFICADO | 41 |
| 4.4 | ASPECTOS OPERACIONAIS NA ÁREA MARÍTIMA DE ATUAÇÃO DO AFRICOM | 44 |
| 4.5 | COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS ENVOLVENDO O AFRICOM E A MB | 47 |
| 4.6 | REFLEXOS DA CRIAÇÃO DO AFRICOM | 49 |
| 4.6.1 | Reflexos do AFRICOM para os EUA | 50 |
| 4.6.2 | Reflexos do AFRICOM para a África | 52 |
| 4.6.3 | Reflexos do AFRICOM para o Brasil | 53 |
| 4.7 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS | 54 |
| 5 | CONCLUSÃO | 58 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 63 |
| | ANEXO A RELACIONAMENTO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA..... | 68 |
| | ANEXO B ESTRUTURA MILITAR DOS EUA..... | 70 |

1 INTRODUÇÃO

Pouco antes das 9 horas da manhã de 11 de setembro de 2001, o mundo assistia perplexo, àqueles atentados que se tornariam um dos mais trágicos ataques terroristas da história da humanidade, os canais de televisão reportavam que um avião havia atingido uma das torres do maior conjunto comercial do mundo, o World Trade Center (WTC), em Nova Iorque, e ao que se podia supor diante daquelas trágicas imagens; milhares de pessoas estavam mortas. As consequências desses ataques às torres do WTC foram tão marcantes que a comunidade internacional passou a rever seus entendimentos sobre segurança e ameaças, contribuindo para que o Mundo mudasse, sobremaneira, após aquela fatídica manhã, sendo que a mudança mais significativa refere-se ao fim do mito da invulnerabilidade do território americano, uma vez que símbolos do poder econômico e militar da maior potência do planeta foram atacados de forma brutal e com aparente facilidade. Assim sendo, Mesfin (2009) abordou:

Nonetheless, after September 2001, the Bush administration recognized Africa as a key area for its counterterrorism operations, specifically against al-Qaeda-affiliated groups in various sub-regions within Africa¹.

Em resposta a essa tragédia, os EUA concentraram toda sua atenção e esforços, não somente na neutralização da rede terrorista al-Qaeda², responsável pelos referidos atentados, mas também em monitorar os muçulmanos fundamentalistas ao redor do mundo, bem como aumentou sua presença e atuação militar no Oriente Médio e na África. Dentro desse enfoque, o Contra-Almirante Silva (2006) abordou o seguinte:

¹ No entanto, depois de Setembro de 2001, a administração Bush reconheceu a África como uma “área-chave” para suas operações de contraterrorismo, especificamente contra os grupos al-Qaeda afiliadas em várias sub-regiões da África (tradução nossa).

² Organização terrorista internacional, que reconhecidamente possui muçulmanos fundamentalistas como afiliados.

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os EUA, a agenda internacional passou a dar maior importância às chamadas “novas ameaças”, comumente identificadas como o terrorismo, o tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas e a pirataria. Estas atividades afetam a segurança dos mares e vêm sendo motivo de ações no campo internacional, promovidas principalmente pelos EUA, que, diretamente envolvidos na “Guerra Global Contra o Terrorismo”, vem liderando o movimento para incrementar a cooperação marítima internacional, com o propósito de tornar mais seguros os oceanos.

Nesse contexto, este projeto tem como propósito principal analisar se a atuação dos EUA, por intermédio do AFRICOM³, nos países limítrofes da costa ocidental da África é convergente ou divergente com os interesses do Brasil, em particular da MB, nesse entorno geográfico. Para tal, será necessário contextualizar historicamente esses países, além de fazer uma breve análise geopolítica do Atlântico Sul, de forma a identificar os interesses e possíveis ameaças à segurança do Brasil e dos EUA na costa ocidental da África. Ademais, para compreender a atuação do AFRICOM nessa região e os reflexos para a MB será necessário descrever a Estrutura Militar dos EUA e detalhar o papel do AFRICOM nessa estrutura.

Assim sendo, com a ativação operacional do AFRICOM, em 2008, os EUA têm intensificado suas atividades militares e incrementado as parcerias na África, com o propósito de contribuir para a segurança, estabilidade e “Consciência do Domínio Marítimo (MDA)” (*Maritime Domain Awareness – MDA*⁴) dessa região (EUA. AFRICOM, 2012b), conforme evidenciado no seguinte depoimento do Comandante do AFRICOM, General Carter Ham, perante o Comitê das Forças Armadas do Senado Estadunidense:

During the past year, we worked closely with U.S. Government agencies and many international partners to address emerging and ongoing threats to security and stability in Africa. Our operations, exercises, and security cooperation programs continue to support U.S. policy objectives in Africa, strengthen partnerships and reduce threats to America, Americans, and American interests emanating from Africa⁵ (EUA. AFRICOM, 2012b).

³ Comando Combatente para África (tradução nossa). Um dos seis Comandos Combatentes Unificados dos EUA (EUA. AFRICOM, 2012a).

⁴ A MDA consiste da capacidade de vigilância e monitoramento do espaço marítimo (EUA. UNITED STATES NAVY, 2007b). Este conceito será abordado com mais detalhes no capítulo 3.

⁵ Durante o último ano, nós trabalhamos junto a outras agências do governo estadunidense e parceiros internacionais, abordando ameaças recorrentes e emergentes, para garantir a segurança e estabilidade na

De acordo com essa linha de pensamento sobre o incremento das cooperações na África, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA relatou que, conforme a estratégia de defesa estadunidense, o Brasil figura como foco prioritário no estabelecimento de parcerias para contribuir com a segurança e estabilidade da África (EUA. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2012). A partir desse posicionamento estadunidense, resta saber se essas parcerias são convergentes com os interesses do Brasil, em particular da MB, na costa ocidental da África.

Assim, o propósito deste trabalho, realizado por meio do método hipotético-dedutivo e fundamentado em pesquisas exploratória e bibliográfica (GIL, 1994), é fornecer respostas e esclarecimentos ao seguinte problema proposto: os interesses do AFRICOM na África ocidental são convergentes ou divergentes com os interesses da MB nessa região?

Após a formulação do problema, esta pesquisa terá como finalidade testar a seguinte hipótese, considerando a moldura temporal compreendida entre a data dos atentados terroristas ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001 até março de 2013:

O Brasil, em particular a MB, deverá cooperar com o AFRICOM na formação da consciência do domínio marítimo dos países litorâneos da África.

Portanto, em face dos objetivos acima expostos, este projeto foi organizado de maneira a apresentar no próximo capítulo, uma contextualização geopolítica e histórica dos interesses do Brasil e dos EUA em relação ao Atlântico Sul e costa ocidental da África. Isso facilitará o entendimento da conjuntura dessa porção do Oceano Atlântico e da costa africana, que combina ao mesmo tempo valiosos recursos minerais e elevada instabilidade político-econômica em certos Estados. A partir do entendimento desses interesses, serão identificadas no terceiro capítulo, as principais ameaças à segurança do Brasil e, separadamente, à

África. Nossas operações, exercícios e programas de cooperação de segurança continuam a apoiar os objetivos políticos dos EUA na África, fortalecendo parcerias e reduzindo as ameaças para os EUA, cidadãos estadunidenses e interesses norte-americanos provenientes da África (tradução nossa).

segurança dos EUA na costa ocidental da África, dentro do contexto temporal pós Guerra-Fria (1989), particularmente pós-11 de Setembro de 2001, que poderão ter impacto sobre o ambiente de segurança no Atlântico Sul.

No quarto capítulo, será realizada uma descrição da Estrutura Militar dos EUA, bem como o detalhamento do papel do AFRICOM dentro dessa estrutura, o que possibilitará um melhor entendimento da estratégia militar estadunidense para a África. Ademais, nas considerações parciais, serão analisadas as áreas de atuação do AFRICOM onde há convergências e/ou divergências com os interesses da MB na África. Por fim, na conclusão será respondida a seguinte pergunta que retrata o problema central deste projeto: os interesses do AFRICOM na África ocidental são convergentes ou divergentes com os interesses da MB nessa região?

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo apresentará, inicialmente, uma contextualização histórica dos interesses do Brasil e, separadamente, dos EUA em relação ao Atlântico Sul e costa ocidental da África. Ressalta-se que nesse contexto, será atribuída uma maior ênfase aos aspectos históricos inerentes aos EUA, para uma melhor compreensão do seu conceito estratégico de segurança, bem como das atuais interações entre aquele país e a África. Em seguida, será realizada uma breve análise geopolítica do Atlântico Sul e costa ocidental africana, com o propósito de se obter um melhor entendimento das interações conjunturais do Brasil e dos EUA nessa região geográfica, que contempla inúmeros recursos minerais e elevada instabilidade político-econômica em certos Estados.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO REFERENTE AO BRASIL

[...] Na formação do mundo moderno, entre os séculos XV e XIX, os dois lados do “mar tenebroso” foram envolvidos na lógica do comércio atlântico de escravos, bens e ideias. A África passou a ocupar papel cêntrico na formação da sociedade e da economia do Brasil [...] (SARAIVA; GALA, s/d).

Nesse contexto, o Brasil, o Atlântico Sul e os países lindeiros da África ocidental possuem laços históricos acentuadamente vinculados. Pois, segundo consta, essas terras são originárias de um único mundo, sem as divisões geográficas atuais do Atlântico Sul, supostamente ocasionadas pelo deslocamento das placas tectônicas da América do Sul e da África (SARAIVA, 2012). Dessa forma, cabe ressaltar que os laços históricos que unem o Brasil e os países lindeiros da África ocidental estão fortemente relacionados desde o período da colonização portuguesa, que envolveu as duas margens do Oceano Atlântico, no século XVI, sendo que a primeira “cooperação comercial” ocorreu logo após o descobrimento do

Brasil, em 1500, com a chegada dos primeiros escravos oriundos da África, iniciando um período de intenso relacionamento entre esses blocos, baseado principalmente no tráfico de escravos, que se estendeu até 1850, quando se deu o seu declínio (VISENTINI; PEREIRA, 2007). Ainda em virtude dessa intensa relação comercial entre o Brasil e a África atlântica, o Atlântico Sul foi um polo marcante da economia mundial no século XVII.

Segundo Cervo (2012), esses vínculos comerciais envolvendo os escravos africanos prevaleceram durante a formação do mundo moderno, entre o século XVI e XVIII. Nesse contexto, essa densa história comum entre a América do Sul e a África ocidental acabaram culminando com a inserção de vários aspectos da cultura africana na brasileira. Entretanto, esse próspero período de relacionamento econômico e cultural entre o Brasil e seus vizinhos da outra margem do Atlântico do Sul, teve sua fase de declínio acentuado, logo após a abolição da escravatura, em 1888, até meados do século XX, pelo menos até o ano de 1960. Nesse período, o Brasil praticamente ignorou o continente africano, priorizando o relacionamento com os EUA e a Europa, tanto no campo político quanto no econômico.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no início da década de 1960 que a África voltou, timidamente, à pauta do relacionamento internacional brasileiro. O presidente Jânio Quadros aproveitou ideias do governo do presidente Getúlio Vargas sobre a relevância e importância estratégica do relacionamento com os países africanos. Esse esforço do Presidente Quadros foi exitoso e a aproximação com o povo africano, através do Atlântico Sul, foi reestabelecida. Como reconhecimento pelo esforço brasileiro nesse processo de reaproximação atlântica, os governos de Gana e Senegal estabeleceram, já em 1962, suas embaixadas no Brasil. Criava-se, assim, o mais importante núcleo de diplomatas africanos no país, considerado o maior da América Latina, naquela época. Os diplomatas brasileiros afirmavam, com entusiasmo, que esse núcleo era uma prova irrefutável da afinidade entre o Brasil e seus vizinhos ultramarinos africanos. Concretizava-se,

dessa maneira, a figura da África parceira no âmbito das demandas do desenvolvimento brasileiro, devidamente contemplada na Política Externa Independente (PEI) do chanceler Araújo Castro (SARAIVA, 2012, p.18).

Durante o regime militar, especificamente entre 1970 e a década de 1980, a diplomacia brasileira foi marcada pelo seu profissionalismo e pragmatismo, o que possibilitou a manutenção do conceito da África parceira na pauta da política externa brasileira, principalmente no âmbito do comércio exterior. Nesse período, o Brasil enfrentou o desafio das duas crises do petróleo, quando se observou um novo incremento nas relações Brasil-África, conforme abordou Saraiva (2012, p.20):

A vulnerabilidade energética do Brasil nos anos 1970 e parte da década de 1980 ocupou papel ponderável na reaproximação ao continente africano. As duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, aceleraram a busca de novas parcerias internacionais. E isso viria explicar a superação gradual do comércio quase exclusivo com a África do Sul pelo intercâmbio crescente com outros dois novos parceiros: Nigéria e Angola.

Já em 1986, com o intuito de consolidar o Atlântico Sul como uma região pacífica e livre de armas nucleares, a diplomacia africano-brasileira conseguiu criar, junto a ONU, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁶ (BRASIL. MRE, 2013). Em face desse acordo, o Atlântico Sul tem conseguido se manter como uma das regiões mais desmilitarizadas do mundo.

Seguindo esse enfoque de cooperação que se insere a ZOPACAS, o chanceler brasileiro, José Aparecido de Oliveira, conduziu as tratativas, juntamente com o presidente português Mario Soares, para congregar Brasil e Portugal em torno da criação de uma comunidade de países da língua portuguesa (SARAIVA, 2012, p. 49). Essa ideia foi,

⁶ A ZOPACAS foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986, por iniciativa da diplomacia africano-brasileira. Integram a iniciativa, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, tanto da América do Sul (Argentina e Uruguai) quanto da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo). A ZOPACAS tem por objetivo fomentar o diálogo e a cooperação no âmbito da região sul-Atlântica, além de afirmar sua identidade como zona de paz (BRASIL. MRE, 2013).

finalmente, concretizada em 17 de Julho de 1996, em Lisboa - Portugal, durante a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, quando se oficializou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁷, entidade reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Originalmente, essa Comunidade foi formada para fomentar mecanismos de consultas político-diplomáticas entre os países africanos de língua oficial portuguesa, Portugal e o Brasil. Além disso, a CPLP também visa promover a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; bem como a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é composta pelos seguintes Órgãos⁸:

- Conferência de Chefes de Estado e do Governo;
- Conselho de Ministros;
- Comitê de Concertação Permanente;
- Secretariado Executivo;
- Reuniões Ministeriais Setoriais;
- Reunião dos Pontos Focais de Cooperação;
- Instituto Internacional de Língua Portuguesa; e
- Assembleia Parlamentar.

Ainda dentro desse escopo de cooperação no âmbito do Atlântico Sul, Mello (2012) abordou os detalhes que envolveram a assinatura, em 1994, de uma inédita cooperação militar entre o Brasil e a Namíbia, que foi denominada como Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN), que posteriormente foi atualizado em 2001, pelo referido acordo competia à MB cooperar com a formação da Força Naval Namibiana (FNN). A cooperação

⁷ Informações disponíveis no sítio da CPLP, em: < <http://www.cplp.org/id-45.aspx> >. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁸ Informações disponíveis no sítio da CPLP, em: < <http://www.cplp.org/id-45.aspx> >. Acesso em: 12 abr. 2013.

englobava a formação e treinamento do pessoal que iria compor a FNN, além do fornecimento de bens e serviços pela MB (BRASIL, 2003).

Assim sendo, ao longo da história, o relacionamento internacional entre o Brasil e os países limítrofes do Atlântico Sul vêm alternando períodos de pujança e marasmo, sendo que a nossa atual política para aquele continente tem buscado ampliar o número de parceiros e aumentar o grau de intercâmbio diplomático e comercial (SARAIVA, 2012).

A política africana do presidente Luiz Inácio Lula da Silva envolveu um forte pensamento político e ações concretas para incrementar o relacionamento internacional com a África, como visitas de alto nível, acordos firmados e aumento dos negócios, tendo esses elementos por escopo o fortalecimento dos laços com a África (FIG. 2 e 3, ANEXO A) (MELLO, 2012, p.25). As 37 embaixadas e missões brasileiras na África, em 2011, em comparação com as 17 que existiam no início do século XXI, evidenciou para a comunidade internacional que o Brasil havia voltado para a África. Ainda dentro dessa postura estratégica, o Almirante de Esquadra Wiemer (2013) abordou durante a sua aula inaugural do Curso de Política e Estratégia Marítimas, na Escola de Guerra Naval:

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere e, buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. O Atlântico Sul faz parte das áreas marítimas estratégicas de maior importância para o emprego do Poder Naval brasileiro.

Em face desse breve contexto histórico, é fácil concluir que as perspectivas futuras para o relacionamento internacional, bem como para o estabelecimento de novas parcerias com os países limítrofes da África ocidental estão sendo vislumbradas como alvissareiras, em todas as áreas do governo brasileiro, incluído aquelas afetas ao poder naval.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO REFERENTE AOS EUA

Da mesma forma que o Brasil, as primeiras interações dos EUA com a África também se basearam, principalmente, no tráfico de escravos, sendo que a escravatura estadunidense cresceu rapidamente a partir de sua implantação no século XVII, passando de alguns poucos escravos em 1670, para dez mil no início do século XVIII. Em 1750, metade da população da Virgínia e dois terços da Carolina do Sul eram compostos por escravos, já em meados do século XVIII, a escravidão poderia ser encontrada em todas as 13 colônias (NEWMAN; SCHMALBACH, 2010, p.33).

Nesse escopo, nas colônias do Sul dos EUA, a mão de obra escrava era o esteio da economia local, denominada de *plantations*⁹. Já o Norte era marcado pela expansão econômica graças à industrialização, à proteção ao mercado interno e à mão de obra livre e assalariada. Essas diferenças entre o Sul e o Norte dos EUA foram se agravando até culminar com o início da guerra civil estadunidense, em 1861. Após quase cinco anos de intensas batalhas e um rastro de quase um milhão de mortos, a guerra chegou ao fim em 1865, quando também foi abolida a escravatura nos EUA (NEWMAN; SCHMALBACH, 2010).

Logo após o fim da guerra de secessão, teve início o período de reconstrução dos EUA, que também marcou uma fase de declínio no relacionamento com a África, que só viria a retomar um papel de destaque na pauta da política externa estadunidense, após os ataques terroristas às torres do WTC, em 11 de setembro de 2001, sendo que, para melhor entender o processo que alavancou a África dessa fase de ostracismo até voltar a figurar entre as prioridades da diplomacia do EUA no início do século XXI, será necessário abordar a seguir, os principais marcos de transição da política externa norte-americana.

⁹ Sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação, mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava (NEWMAN; SCHMALBACH, 2010).

Dentro desse contexto, após a II Guerra Mundial, as duas potências dominantes, os Estados Unidos e a União Soviética, tiveram uma transição rápida da condição de aliados, durante a guerra, à condição de adversários no pós-guerra. A estratégia isolacionista dos EUA já não servia para garantir os seus interesse e segurança. Em 1947, o presidente Harry S. Truman transformou, fundamentalmente, a política externa dos EUA com a formulação da Doutrina Truman. Para combater a crescente influência da União Soviética, Truman determinou que a política externa dos EUA incluísse a prestação de assistência aos "povos livres" contra os regimes totalitários, cujo autoritarismo poderia minar as bases da paz internacional e, conseqüentemente, a segurança dos EUA¹⁰. Conforme enfatizou o diplomata e futuro embaixador estadunidense na União Soviética, Kennan (1947):

The main element of any United States policy toward the Soviet Union must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies¹¹.

Para impedir um maior avanço soviético na Europa Ocidental, os EUA lideraram a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. No ano seguinte, o *National Security Council Paper*¹² NSC-68 expandiu o escopo de contenção soviética da Europa para qualquer região do globo. Essa posição foi ainda reforçada com um enorme reforço militar, incluindo armas convencionais e nucleares. A Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética iria perdurar até 1989, ocasião do colapso da União Soviética¹³.

Fora desse contexto bipolar da Guerra Fria, também é relevante mencionar o fim do domínio colonial britânico na Índia, em 1947, que acabou por inspirar os movimentos

¹⁰ Sítio do *Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, United States Department of State*. Disponível em: <www.history.state.gov/milestones/1945-1952/TrumanDoctrine>. Acesso em: 12 jun. 2013.

¹¹ O elemento principal de qualquer política dos Estados Unidos, em relação à União Soviética, deverá englobar uma contenção das tendências expansionistas russas de longo prazo (tradução nossa).

¹² Protocolo do Conselho de Segurança Nacional (tradução nossa).

¹³ Sítio do *Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, United States Department of State*. Disponível em: <www.history.state.gov/milestones/1945-1952/NSC68>. Acesso em: 12 jun. 2013.

nacionalistas na África, que se encontravam ansiosos pela independência¹⁴. Dessa forma, a Grã-Bretanha primeiramente se retirou da Etiópia e em seguida perdeu influência no Egito, com o fracasso dramático durante a crise no canal de Suez (OHAEBULAM, 2009, p.56). Em 1960, o primeiro-ministro britânico Macmillan (1960, p.31) sinalizou a dissolução do seu império africano, durante um discurso na Cidade do Cabo, África do Sul, com a seguinte declaração:

The wind of change is blowing through this continent. Whether we like it or not, this growth of national consciousness is a political fact. And we must all accept it¹⁵ [...].

Com seus aliados europeus retirando-se da África e do Oriente Médio, os EUA temiam a expansão soviética no vácuo de poder regional, precisamente no momento em que o petróleo foi se tornando uma *commodity* fundamental para as economias industrializadas¹⁶. Para reforçar a sua posição no Oriente Médio e manter a região relativamente estável, segura e livre da penetração comunista e soviética, a administração do presidente Eisenhower comprometeu uma significativa assistência econômica e militar para o Chifre da África (OHAEBULAM, 2009, p. 55-58). Assim, foi estabelecida uma rede global de comunicações e inteligência nessa região, sendo que, a Etiópia foi o maior receptor de ajuda militar dos EUA naquela época, tendo desenvolvido um dos maiores exércitos do continente africano (EISENHOWER, 1957, p. 83-87).

Durante a década de 1960, os líderes dos Estados africanos, recém-independentes, enfrentaram desafios complexos. A infraestrutura de transportes limitou-se à extração de recursos naturais. Os serviços de educação, saúde, energia elétrica, água e comunicação eram rudimentares, quando existiam. As fronteiras territoriais estabelecidas pelas potências

¹⁴ Sítio do *Global Research*. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/africa-and-u-s-imperialism-post-colonial-crises-and-the-imperatives-of-the-african-revolution/5335641>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

¹⁵ O vento da mudança está soprando através deste continente. Gostemos ou não, esse crescimento da consciência nacional é um fato político, sendo que todos nós devemos aceitá-lo [...]. (tradução nossa).

¹⁶ Disponível em: <www.history.state.gov/milestones/1945-1952/AsiaandAfrica>. Acesso em: 15 abr. 2013.

coloniais agravaram as tensões, dividindo arbitrariamente mais de quinhentas entidades tribais pré-coloniais. As economias eram baseadas em *commodities* e estavam à mercê das flutuações do mercado global. Nesse ambiente, muitos países sofreram convulsões políticas, conflitos étnicos, exploração e corrupção (YERGIN; STANISLAW, 1998, p. 83).

A rivalidade da Guerra Fria entre as superpotências agravaram as condições dos países africanos, principalmente no Congo e em Angola, pois nesse período muitas armas e equipamentos militares entraram, tanto aberta como secretamente, nessas regiões. O governo do presidente Kennedy e, posteriormente, o do presidente Johnson tentaram reforçar o papel da Europa Ocidental no continente africano, mas enfrentaram resistência por parte dos países europeus, que no passado recente, foram colonizadores de países africanos. (OHAEBULAM, 2009, p. 254).

A eleição de Ronald Reagan para a Casa Branca deu início a uma nova abordagem para a política externa dos EUA. Não contente com a contenção do comunismo, a Doutrina Reagan declarou que o foco principal da política dos EUA teria como objetivo reverter o expansionismo soviético, competindo efetivamente, de forma sustentada com a União Soviética, em todos os cenários internacionais, particularmente no equilíbrio militar em geral¹⁷. Essa doutrina também incluía o apoio declarado a aliados dispostos a resistir e opor-se à União Soviética, por meio de ações como o programa Internacional de Educação Militar e Treinamento, sendo que os conflitos na África Austral e no Chifre da África receberam a maior parte dessa assistência¹⁸.

Já durante os governos dos presidentes George Bush e Bill Clinton, foram identificados aliados e prioridades de cooperação, porém não havia uma estratégia mais abrangente para o continente africano. Nesse contexto, foi criada, em 1997, a Iniciativa de

¹⁷ Sítio do *Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, United States Department of State*. Disponível em: <[history.state.gov/milestones/1981-1989/Reagan Doctrine](http://history.state.gov/milestones/1981-1989/Reagan%20Doctrine)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

¹⁸ Sítio do *US International Security Assistance Education and Training*. Disponível em: <www.fas.org/asmp/campaigns/training.html>. Acesso em: 20 jun. 2013.

Resposta à Crise Africana, que tinha como objetivo aumentar a capacidade dos militares africanos selecionados, para conduzir, eficazmente, operações de manutenção da paz e operações de ajuda humanitária na África (SCHRAEDER, 1994, p. 247-259). Em 1998, ocorreu o bombardeio nas embaixadas dos EUA na África Oriental que realçaram a ameaça do terrorismo aos interesses dos EUA no continente. A instabilidade política e a ocorrência de guerras civis oferecem um ambiente propício para que grupos terroristas possam treinar e operar. Como por exemplo, o recrudescimento da pirataria, nas águas ao largo do Chifre da África, que tem sido atribuído à atual instabilidade na Somália (PLOCH, 2011).

Seguindo a cronologia, os próximos fatos históricos contundentes foram justamente os ataques terroristas de Setembro de 2001, que marcaram um ponto de inflexão nas relações entre os EUA e a África. Nessa ocasião, o governo do Presidente George W. Bush reconheceu a África como uma “área-chave” para suas operações de contraterrorismo, especificamente contra os grupos da al-Qaeda afiliados em várias sub-regiões da África (MESFIN, 2009; SILVA, 2006). Assim, em face da clara percepção de vulnerabilidade naquela região, o Congresso estadunidense autorizou um estudo de viabilidade sobre a criação de um novo Comando militar para a África, que será detalhado no quarto capítulo deste trabalho.

Assim sendo, desde os ataques terroristas de setembro de 2001, os chefes de governo dos EUA tem mantido os assuntos africanos no topo de sua pauta estratégica, haja vista que durante sua visita a Gana, em julho de 2009, o presidente Obama ressaltou o fato de que os africanos têm razão para se orgulhar mais do que para se humilhar diante de sua história. Em seu discurso, deixou de lado o lugar comum em torno da pobreza endêmica, e preferiu ressaltar a elevação do patamar de desenvolvimento africano pelo binômio bom governo e investimentos econômicos. Dessa forma, O governo do presidente Obama tem se dedicando em promover parcerias eficazes com a África, (SARAIVA, 2012, p.84). A

Estratégia de Defesa Nacional estadunidense reafirma o interesse dos EUA em edificar parcerias com a África:

The diversity and complexity of the African continent offer the United States opportunities and challenges. As African states grow their economies and strengthen their democratic institutions and governance, America will continue to embrace effective partnerships¹⁹ [...]. (EUA, 2010, p.45).

Dessa forma, a partir desses aspectos históricos abordados, pode-se concluir que, apesar da grande complexidade, diversidade geográfica e política da África, os EUA avaliam positivamente o continente africano, que após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, voltou a fazer parte da pauta estratégica global estadunidense, com ênfase para as questões afetas ao combate às “novas ameaças” e ao fundamentalismo islâmico.

2.3 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO ATLÂNTICO SUL E COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA

O Atlântico Sul vive um momento de crescente importância no cenário mundial com a revalidação de antigos interesses e as recentes descobertas de enormes reservas minerais e petrolíferas além de sua função comercial, importantíssima para o comércio global [...]. (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

Antes de abordar mais especificamente as questões geopolíticas do Atlântico Sul e da África ocidental, vale ressaltar a complexidade da natureza do ambiente africano, conforme o seguinte relato do Comandante do AFRICOM, General Ward:

A África é um continente vasto e diversificado, cuja massa terrestre é aproximadamente três vezes e meia maior do que o tamanho dos Estados Unidos da América. A distância do pico norte da África à ponta mais ao sul é aproximadamente igual à distância entre Nova Iorque e Moscou. Os seus 53 países têm histórias autênticas. África abriga um bilhão de pessoas, dentre os quais existem 800 afiliações étnicas e aproximadamente 1.000 línguas diferentes. Os laços étnicos são fortes, e a dinâmica étnica frequentemente influencia a política nacional. A taxa do

¹⁹ A diversidade e a complexidade do continente africano oferecem aos EUA oportunidades e desafios. Enquanto os estados africanos continuam a melhorar suas economias e fortalecer as suas instituições democráticas e de governo, os EUA continuarão a apoiar as parcerias eficazes [...] (tradução nossa).

crescimento demográfico da África é a mais elevada no mundo [...]. (EUA. AFRICOM, 2010, p.4).

No que concerne ao governo brasileiro, a relevância do Atlântico Sul é abordada em suas publicações federais de mais alto nível, tendo a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) definido o Atlântico Sul como sendo uma região de grande relevância para o Brasil e uma das áreas estratégicas prioritárias para o país. Dessa forma, essa região do oceano Atlântico constitui-se em parte do nosso entorno estratégico (BRASIL, 2005). Especificamente, a END ressalta a importância estratégica de se promover a cooperação com os países vizinhos da África ocidental.

Dentro desse escopo, além dos tradicionais laços histórico-culturais detalhados anteriormente, o Brasil compartilha com os países vizinhos da África ocidental, preocupações comuns sobre os destinos do Atlântico Sul, em especial quanto à sua consolidação como Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (BRASIL, 2008), conforme também abordou Cervo (2008):

Sendo, portanto, toda a costa ocidental da África e oriental da América do Sul composta por países em desenvolvimento e de baixo potencial militar, uma visão geopolítica de mundo os une e foi consagrada em compromissos políticos firmados. Essa visão contempla três linhas de ação: a promoção da paz regional, o empurrão para fora da área às potências militares estranhas e a cooperação para o desenvolvimento.

Ainda segundo Cervo (2008), essa tendência de aproximação e cooperação entre esses países limítrofes, somam-se duas outras expectativas de parcerias vinculadas especificamente às necessidades e aspirações dos países africanos. Em primeiro lugar, a cooperação técnica, sobretudo em áreas agrícolas e o combate a doenças de massa como a AIDS, campo em que o Brasil adquiriu expertise. Além disso, em face das semelhanças de clima e solo com a África, a empresa estatal brasileira Embrapa desenvolveu adaptações e melhoramentos genéticos para produção em clima temperado e tropical de quase toda a gama de cultivo agrícola, tanto para consumo familiar quanto para o mercado.

No que tange aos aspectos geoestratégicos e econômicos, é notória a importância, das peculiaridades geográficas que envolvem a porção do Oceano Atlântico, compreendida entre o Brasil e a África ocidental. Ressalta-se a questão do nordeste brasileiro, que se projeta em direção à África, estreitando o oceano e reduzindo a distância entre os dois continentes para cerca de 1.600 milhas náuticas, distância essa definida pelo terceiro presidente do regime militar como sendo a dos “caminhos fáceis do oceano” (SARAIVA, 2012, p.21), facilitando o comércio marítimo entre os referidos continentes.

Assim sendo, em face das semelhanças culturais e dos laços histórico em comum, as oportunidades de comércio com os países limítrofes da África ocidental são muito favoráveis, conforme abordou Saraiva (2008):

A África subsaariana, ou África negra, considerada a região mais pobre do mundo, cresce entre 5% e 6% ao ano desde 2003. Adaptações macroeconômicas à globalização moveram as economias de todo o continente para equilíbrios na área da gestão dos negócios dos Estados. Alvisseiras são as inflações médias, contidas na faixa de 6% desde 2003, e as exportações que avançam, em 2006 e 2007, na proporção de 43% a 45% do PIB. Reformas econômicas liberalizantes e redução de vulnerabilidades externas geradas por saldos exportadores e crescente atração de investimentos externos diretos são fatos, entre outros, celebrados como de sinalização de sustentabilidade econômica pelos africanos [...].

Dessa maneira, o comércio transatlântico desenvolvido entre as décadas de 1970 e 1980 concentraram-se nas possibilidades comerciais entre o Brasil e seus vizinhos da África ocidental. Conforme já descrita anteriormente, essas relações comerciais com a África não são novas, mas ainda eram consideradas insignificantes quando comparadas com as demais áreas de intercâmbios comerciais brasileiros, como o comércio com os EUA e a Europa. Até a década de 70, a África representava apenas 2% do relacionamento comercial brasileiro. Já em meados da década de 1980, esse percentual passou a representar cerca de 10% da balança comercial brasileira, superando inclusive o comércio com os demais vizinhos da América do Sul (SARAIVA, 2012).

Em decorrência desse incremento nas transações comerciais brasileiras, o transporte marítimo ganhou ainda mais relevância na conjuntura geopolítica brasileira, pois é

pelo mar que fluem 94,3% do volume de nosso comércio internacional, bem como 80,3% de todo o seu valor. Mais de 91% do petróleo e 74,4% do gás natural brasileiros são extraídos de campos marítimos (MELLO, 2012, p.18). Mas não é só o valor financeiro que conta, pois, em tempos de globalização, os próprios produtos brasileiros necessitam de diversos insumos, que uma interferência em nossas Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), poderiam nos levar, rapidamente, ao colapso.

Dentro desse enfoque político-estratégico, o Almirante-de-Esquadra Wiemer (2013) abordou o seguinte:

A Concepção Político-Estratégica evidencia a importância do Atlântico Sul e o esforço que deve ser realizado pela Marinha para realizar a defesa de nosso território, apontando para uma importante vertente de atividades a serem desenvolvidas, que decorrem diretamente da participação da Marinha do Brasil em Organismos Internacionais e no relacionamento com as Marinhas Amigas.

Portanto, em face de a economia brasileira ser extremamente dependente do tráfego marítimo nessa porção do oceano, a conclusão contundente é a de que esse imenso patrimônio que envolve o Atlântico Sul constitui-se de uma região de notório interesse para o Brasil, e, por conseguinte, em virtude da complexidade inerente à sua segurança, também pode ser considerada uma das grandes vulnerabilidades à segurança do Brasil.

Da mesma forma, conforme já evidenciado na contextualização histórica dos EUA, a África ocidental e o Atlântico Sul estão inseridos no contexto estratégico de segurança norte-americana, principalmente nas questões afetas ao combate às “novas ameaças” e ao fundamentalismo islâmico. Além disso, analistas de política externa norte-americana têm chamado cada vez mais atenção sobre o papel da China na África nos últimos anos. Alguns analistas avaliam que a criação do AFRICOM também englobaria um papel de contenção à crescente influência chinesa na África (PLOCH, 2011, p. 25).

No âmbito internacional, também se evidencia a valorização das vias de comunicação do Atlântico Sul, na medida em que os Canais do Panamá e de Suez não mais

comportam a passagem das novas classes de grandes navios mercantes. Assim sendo, uma parcela significativa do comércio marítimo mundial passou a utilizar as LCM sul-Atlântica. Esse aumento da relevância estratégica do Atlântico Sul também implica em uma maior demanda por medidas que garantam a sua segurança, que naturalmente devem ser providas pelos países que compõem as suas margens (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010, p.3-7).

Entretanto, em face dos vários aspectos operacionais e logísticos que envolvem as questões de segurança de um espaço marítimo tão vasto e complexo como o Atlântico, algumas marinhas regionais têm enfrentado dificuldades no cumprimento dessas tarefas, conforme abordaram Teixeira e Anselmo (2010, p.3):

O controle desse espaço por parte dos países localizados nas suas duas margens, ainda é muito deficiente e colabora para atividades ilegais de contrabando e pesca não autorizada. As marinhas de guerra, responsáveis por tal fiscalização, são extremamente reduzidas e mesmo a brasileira, a maior da região, é bastante limitada em seus meios para reprimir tais atividades atribuídas a ela. [...].

Essas carências das Marinhas regionais acabam servindo como argumento para que atores externos intensifiquem a sua presença nesse espaço geográfico, haja vista a recente reativação da IV Esquadra da Marinha dos EUA, que se encontrava desativada desde 1950, cuja missão é comandar as forças navais dos EUA que operam no Caribe, América Central e regiões da América do Sul, com a finalidade de interagir com Marinhas parceiras desse espaço marítimo. Destacam-se as cooperações na área de segurança, bem como o treinamento bilateral e multinacional para compor uma força naval destinada à patrulha e operações nas águas sul-Atlântica²⁰. Assim, pode-se inferir que, em linhas gerais, a adoção de mais esse encargo por parte da Marinha estadunidense, com a reativação da IV Esquadra, deveu-se à necessidade de reduzir as vulnerabilidades de segurança na região sul-Atlântica. Nesse caso, uma atuação mais efetiva dos parceiros do Atlântico Sul em prol da segurança marítima

²⁰ Site da *US NAVY*. Disponível em: < http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606>. Acesso em: 22 abr. 2013.

regional poderia contribuir para uma melhor percepção de segurança regional e a consequente dispensa da atuação de atores externos nessa porção do Oceano Atlântico.

Nesse contexto, com o propósito de melhor equipar a MB para cumprir as suas atribuições constitucionais referentes à defesa e segurança do Brasil na área sul-Atlântica, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, consoante com a política externa brasileira e com a PDN, estabeleceu diretrizes e ações estratégicas, de médio e longo prazos, com o objetivo de modernizar a estrutura nacional de defesa, segundo uma transformação das Forças Armadas (WIEMER, 2013).

Dentro desse escopo, a MB tem buscado a melhor forma de investimento, dadas as dificuldades de obtenção de recursos para a aquisição e manutenção de novos meios. O foco principal a ser desenvolvido pela MB está na aquisição de futuros submarinos de propulsão convencional (diesel/elétrica) e no desenvolvimento e construção do futuro Submarino Nuclear Brasileiro (SNB), que será empregado no patrulhamento da Amazônia Azul²¹ (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010, p.5). Além disso, conforme nota do Centro de Comunicação Social da Marinha²², encontra-se em tramitação no Ministério da Defesa, o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), que apresenta as necessidades da MB, para os próximos 25 anos, no sentido de adequar a Marinha ao preconizado na END. Esse Plano contempla ações a respeito de instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das suas possibilidades de emprego.

Portanto, em face do conjunto de fatores geopolíticos apresentados, é possível concluir que, tanto para o Brasil quanto para os EUA, o Atlântico Sul e os países que o

²¹ Termo criado pelo Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha no período de 2003-2006, para denominar as águas Jurisdicionais brasileiras, que somam aproximadamente 4,5 milhões de km², cuja área equivale, aproximadamente à Amazônia Verde. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/html/definicao.html>. Acesso em 12 abr. 2013.

²² Sítio do Centro de Comunicação Social da Marinha. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/arquivos_PDF/esclarecimento_Materias_pdf/2010/veja/21dezembro/respostaMB.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

margeiam são de grande relevância estratégica, sendo que a complexidade dos fatores inerentes à sua segurança poderão suscitar futuras cooperações entre os principais atores envolvidos. Conforme abordou Wiemer (2013):

Ressalta-se a importância político-estratégica da aproximação do Brasil com os países africanos do Atlântico Sul. A intensificação do relacionamento entre Brasil e África no campo da segurança e defesa, com vistas à manutenção da paz e segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento tecnológico [...].

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De acordo com a contextualização geopolítica e histórica apresentada, conclui-se que, o Brasil e os EUA têm grande interesse em promover parcerias estratégicas com a África, principalmente aquelas relacionadas com a promoção da paz e segurança no Atlântico Sul. Ressalta-se que, os países da costa ocidental da África estão inseridos como atores centrais no contexto das principais rotas marítimas do planeta, tais como o Estreito de Gibraltar e a rota do Cabo, através das quais circulam parcela significativa do comércio marítimo mundial, destacando-se dentre outras relevantes *commodities*, o petróleo e gás, que poderiam ser tornar alvos de terrorismo e pirataria (MESFIN, 2009). Nesse contexto, verifica-se que há convergência nos interesses brasileiros e norte-americanos na promoção de parcerias relacionadas com a paz e segurança no Atlântico Sul.

Especificamente, para o Brasil, em face da complementaridade geoestratégica entre o Brasil e os países limítrofes da África ocidental, fica evidente a necessidade de monitorar o que ocorre nesse espaço marítimo, devido às questões de segurança, econômicas, humanitárias ou ambientais. Assim sendo, a conjuntura acima apresentada evidencia a importância estratégica do Atlântico Sul e o esforço a ser empreendido pela MB para, desde o tempo de paz, garantir a segurança desse grande patrimônio atrelado ao seu entorno estratégico.

No que tange aos EUA, a partir dos aspectos históricos e geopolíticos abordados, pode-se concluir que a África e o Atlântico Sul estão inseridos no contexto estratégico de segurança estadunidense, principalmente, nas questões afetas ao combate às “novas ameaças” e ao fundamentalismo islâmico. Também cabe ressaltar a preocupação dos EUA sobre a presença da China na costa ocidental da África, que tem aumentado significativamente, conforme cresce a necessidade daquela potência asiática de assegurar o acesso a importantes recursos naturais encontrados nos países africanos (MELLO, 2012).

Ressalta-se, ainda, que as carências das Marinhas regionais em prover a segurança marítima no Atlântico Sul acabam servindo como argumento para que atores externos intensifiquem a sua presença nesse espaço geográfico, haja vista a recente reativação da IV Esquadra da Marinha dos EUA. Assim, pode-se concluir que uma atuação mais efetiva dos parceiros do Atlântico Sul em prol da segurança marítima regional poderia contribuir para uma melhor percepção de segurança regional e a consequente dispensa da atuação de atores externos nessa porção do oceano Atlântico.

Dessa forma, no capítulo seguinte serão identificadas as principais ameaças à segurança do imenso patrimônio sul-Atlântico, bem como a prospecção de novos procedimentos e eventuais cooperações, que possam contribuir para a manutenção da segurança nessa importante porção do oceano Atlântico.

3 PRINCIPAIS AMEAÇAS

Dentro do escopo temporal pós-11 de Setembro de 2001, ocasião dos ataques terroristas às torres gêmeas do WTC, verificou-se o desenvolvimento de uma série de novos conceitos a respeito de segurança e ameaças, sendo que alguns dos quais têm despertado grande interesse dos EUA, do Brasil e da comunidade marítima internacional e vêm sendo constante objeto de debate no âmbito de fóruns e simpósios sobre Segurança Marítima (SILVA, 2006). Dois destes conceitos são:

- o conceito da “Consciência do Domínio Marítimo” (*Maritime Domain Awareness – MDA*);
- o conceito sobre “Novas Ameaças” (*New Threats*).

O primeiro trata da capacidade de vigilância, monitoramento e controle que permita a um Estado o efetivo conhecimento de qualquer elemento associado ao ambiente marítimo que possa impactar na segurança marítima, na economia ou no meio-ambiente (EUA. UNITED STATES NAVY, 2007b). O segundo procura identificar e qualificar os diversos vetores que representam ameaças à soberania dos Estados e ao estado de segurança e paz no mundo.

Dessa forma, serão identificadas a seguir, as principais ameaças à segurança do Brasil e, separadamente, à segurança dos EUA, na Costa ocidental da África, dentro do contexto temporal proposto.

3.1 AMEAÇAS À SEGURANÇA DO BRASIL

Após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, **a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros**. No entanto, é imprudente imaginar que um país com o potencial do

Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros (BRASIL, 2005, grifo nosso).

A dificuldade na percepção de ameaças à segurança nacional, após longos períodos de paz, é muito comum na comunidade internacional. Portanto, no caso do Brasil não seria diferente, haja vista que a última vez que o Brasil se lançou à guerra para defender a integridade do seu território ocorreu em 1864, quando o exército paraguaio invadiu o Mato Grosso, dando início à guerra da tríplice aliança que se estendeu por quase seis anos²³. Nesse contexto, para um melhor entendimento a respeito das ameaças à segurança do Brasil, vale ressaltar a diferença conceitual estabelecida na PDN (BRASIL, 2005) entre segurança e defesa:

Para efeito da Política de Defesa Nacional são adotados os seguintes conceitos:

I – Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais;

II – Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Nesse contexto, no que tange à segurança no Atlântico Sul, é válido relembrar alguns fatos geopolíticos já apresentados no capítulo anterior, para reafirmar a importância e relevância do comércio marítimo sul-Atlântico para a economia brasileira, além do fato de constar na PDN que nas águas jurisdicionais brasileiras estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (BRASIL, 2005).

²³ Sítio da Editora Abril. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/como-foi-participacao-brasil-guerra-paraguai-647780.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

É fácil concluir, então, que as “novas ameaças” constituem-se nas principais ameaças à segurança do Brasil, que engloba o combate ao terrorismo, ao narcotráfico, ao contrabando, à pirataria no mar e ao tráfico de pessoas e armas.

Para fazer frente a essas “novas ameaças” é fundamental que o Brasil disponha de uma Marinha moderna, com capacitação logística independente, compatível com a complexidade das ameaças à segurança do entorno estratégico sul-Atlântico.

3.2 AMEAÇAS À SEGURANÇA DOS EUA

The security problem in Africa since decolonization has been dominated by the widespread failure of postcolonial weak states²⁴ (BUZAN, 2003, p.252).

Nesse contexto, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a agenda de segurança dos Estados Unidos mudou consideravelmente. A África passou a ocupar um lugar de destaque nos assuntos relacionados à segurança, em virtude dos Estados detentores de instituições nacionais fracas serem considerados potenciais ameaças à segurança dos Estados Unidos. Esses Estados seriam incapazes de prover as necessidades básicas de seu povo e não teriam controle de suas fronteiras, sendo que esses Estados, institucionalmente instáveis, também são considerados refúgios seguros para organizações terroristas (BUZAN, 2003, p.248-252).

Especificamente sobre a África ocidental, os Estados Unidos possuem significativos interesses referentes à segurança dessa região geográfica, em especial no Golfo da Guiné, que é uma grande fonte de energia para os Estados Unidos e seus aliados. Além disso, essa região do Atlântico Sul está estrategicamente localizada próxima a importantes

²⁴ O problema de segurança da África, desde a descolonização, tem sido dominado pela farta propagação de falhas cometidas por estados, pós-coloniais, dotados com instituições nacionais fracas (tradução nossa).

rotas do comércio marítimo, de grande relevância para a economia e a segurança global. No campo político, essa região está repleta de países instáveis, com sérios problemas de governabilidade, pobreza extrema, corrupção pública, terrorismo, tráfico e pirataria (RAIDT; SMITH, 2010, p.9-10).

Nesse contexto, o General Carter Ham abordou em seu testemunho perante o Comitê das Forças Armadas do Senado Estadunidense, que a pirataria e os assaltos armados no mar são uma ameaça persistente e crescente no Golfo da Guiné, na África Ocidental. As estatísticas do *International Maritime Bureau*²⁵ documentam um aumento de ataques relatados, de 28 em 2010 para 39 em 2011. Ao contrário da pirataria nas águas no lado da África Oriental, os ataques no Golfo da Guiné tendem a se concentrar em roubo de carga e sequestro de tripulantes, e frequentemente resultam em lesão ou morte dos tripulantes (EUA. AFRICOM, 2012b, p. 12).

Portanto, esses altos níveis de insegurança e instabilidade da África Ocidental reforçam a importância da implantação da MDA nos países dessa conturbada região, de forma a contribuir para o combate ao roubo de petróleo e comércio de drogas intercontinental, que está difundido praticamente em toda costa ocidental africana. Essas condições acabam atraindo contraventores de grande periculosidade como filiais da al-Qaeda, que representam uma grande vulnerabilidade tanto para a segurança local quanto para a comunidade internacional, tendo em vista que os portos da África Ocidental e as vias de transporte marítimo são componentes importantes da economia global, cujo fluxo de carga está plenamente integrado com o sistema de tráfego marítimo ligado aos principais portos das Américas, em especial dos EUA (RAIDT; SMITH, 2010, p.1-2).

²⁵ É uma organização sem fins lucrativos, criada em 1981 para atuar como um ponto focal na luta contra todos os tipos de crimes marítimos. Disponível em: < <http://www.icc-ccs.org.uk/icc/imb> >. Acesso em: 15 jun. 2013.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O entorno geográfico que compreende o Atlântico Sul e a Costa ocidental de África é de grande importância estratégica tanto para o Brasil quanto para os EUA. Nesse escopo, as “novas ameaças” constituem-se nas principais ameaças à segurança desses países. Portanto, para uma melhor eficiência da segurança marítima no Atlântico Sul, é de fundamental importância aplicar o conceito de “Consciência do Domínio Marítimo - MDA” não apenas no Brasil, mas também nos demais vizinhos da costa ocidental da África. Em face do exposto verifica-se que, no que tange às ameaças, há convergência nos interesses brasileiros e norte-americanos no desenvolvimento da MDA e da capacidade marítima dos países da região sul-Atlântica.

Destaca-se que a efetividade da contribuição da MDA, em prol da segurança marítima, depende da capacidade de aquisição e partilha de conhecimentos de inteligência referentes às informações marítimas com uma ampla gama de parceiros internacionais, sendo que, quanto maior for a capacidade de geração e compartilhamento desses conhecimentos, menor será a vulnerabilidade às “novas ameaças” (EUA. UNITED STATES NAVY, 2007b). Portanto, no que concerne à segurança marítima, evidencia-se a necessidade de fomentar a cooperação internacional entre os países limítrofes do Atlântico Sul, na produção e compartilhamento de informações marítimas que contribuam para a segurança regional.

Especificamente sobre os EUA, vale acrescentar que para fazer frente a essas “novas ameaças” os EUA adotaram a *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*²⁶, usualmente designada somente como Estratégia Cooperativa (EUA. UNITED STATES NAVY, 2007a). Essa estratégia é, notoriamente, diferente das últimas estratégias marítimas americanas, pois ressalta que a prevenção dos conflitos deve se pautar na cooperação e no

²⁶ Uma Estratégia Cooperativa para o poder naval do século XXI (tradução nossa).

patrulhamento dos mares. Essa nova Estratégia Cooperativa e o aumento da presença militar norte-americana na África, com a ativação do AFRICOM, serão abordados no próximo capítulo.

4 ESTRUTURA MILITAR DOS EUA/AFRICOM

Neste capítulo será detalhado o papel do AFRICOM dentro da Estrutura Militar dos EUA, bem como serão analisadas as implicações da criação desse Comando Combatente nos interesses do Brasil na África e os seus reflexos na atuação da MB nessa região. Para tal, primeiramente será descrita a origem do AFRICOM, em seguida será abordada a Estrutura Militar dos EUA, o Plano de Comando Unificado (UCP) e sua Cadeia de Comando, os aspectos operacionais na área marítima de atuação do AFRICOM e uma abordagem sobre as cooperações internacionais afetas ao AFRICOM. Finalmente, nas considerações parciais, serão abordados os reflexos da criação desse Comando Combatente para os EUA, África e Brasil. Além disso, serão analisadas as áreas de atuação do AFRICOM onde há convergências e/ou divergências com os interesses da MB.

4.1 ORIGEM DO AFRICOM

The United States will work to remain an attractive and influential partner by ensuring that African priorities such as infrastructure development, improving reliable access to power, and increased trade and investment remain high on our agenda²⁷ [...] (EUA, 2010, p.45).

Antes de abordar, especificamente, a origem do AFRICOM, é preciso primeiramente entender o contexto dos Comandos Combatentes. Esses Comandos foram estabelecidos durante a Guerra fria, especificamente em 1946, a fim de melhor gerenciar as forças militares para um possível confronto armado com a União Soviética e seus aliados. Hoje em dia, são prismas através dos quais o Pentágono vê o mundo. Cada Comando é

²⁷ Os EUA vão trabalhar para continuar a ser um parceiro atraente e influente, garantindo que as prioridades da África, como o desenvolvimento de infraestrutura, acesso ao poder, aumento do comércio e dos investimentos permaneçam no topo da agenda norte-americana (tradução nossa).

responsável pela coordenação, integração, gerenciamento de todos os ativos e operações de defesa em sua área de responsabilidade (MESFIN, 2009), sendo que os Comandos Combatentes serão, detalhadamente, abordados no transcorrer deste capítulo.

O arranjo de Comando que se inseria a África antes da criação do AFRICOM, quando o EUCOM tinha responsabilidade pela maior parte da África desde o fim da II Guerra Mundial, reflete o grau relativamente baixo da importância atribuído ao continente africano dentro da Estrutura Militar dos EUA (FEICKERT, 2013, p. 28-29).

Entretanto, conforme evidenciado na contextualização histórica apresentada no segundo capítulo, os eventos do final da década de 1990 começaram a mudar a percepção dos interesses de segurança dos EUA na África. Em 1998, os atentados nas embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia marcaram o início de uma mudança na política externa dos EUA para a região, culminando com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que obrigou a uma reavaliação da política dos EUA vis-à-vis a África, bem como seu papel na guerra global contra o terrorismo. A crescente importância estratégica da África para os Estados Unidos foi posteriormente articulada em vários documentos do governo. Em 2006, a Estratégia de Segurança Nacional solidificou a importância do continente africano, ressaltando que a África tinha crescente importância geoestratégica e alta prioridade para o governo. A Diretiva Presidencial de Segurança (NSPD 50) assinada pelo presidente George W Bush, em setembro de 2006, foi a primeira atualização da estratégia geral dos EUA para a África, desde 1992 (FEICKERT, 2013, p. 29).

Ademais, a crescente concorrência da China forçou os EUA a rever as suas relações comerciais com os países africanos. Essa questão comercial levou os governos dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush a implantar políticas para introduzir e expandir o *African Growth and Opportunity Act*²⁸ (AGOA), a fim de facilitar as operações comerciais

²⁸ Ato para Crescimento e Oportunidade Africano (tradução nossa).

entre os EUA e os estados africanos, especialmente petróleo e algodão (MESFIN, 2009, p. 2). Assim, pode-se interpretar que a criação do AFRICOM, além do contexto de segurança acima apresentado, também envolveu um viés político, em que os EUA procuraram conter as influências comerciais chinesas na África.

Dessa forma, em 2006, o Congresso estadunidense autorizou um estudo de viabilidade sobre a criação de um novo Comando para a África, para consolidar as atuais operações e atividades no continente sob um Comando único. Assim sendo, em 06 de fevereiro 2007, o governo do presidente George W. Bush anunciou a criação de um novo Comando Combatente Unificado (UCC), o *United States Africa Command* (AFRICOM), para promover objetivos de segurança nacional dos EUA na África e o espaço marítimo adjacente. Anteriormente à criação do AFRICOM, o envolvimento militar dos EUA no continente era dividido entre três Comandos: o Comando Europeu (EUCOM), o Comando Central (CENTCOM), e Comando do Pacífico (PACOM). A área de responsabilidade do AFRICOM inclui todos os países da África, exceto o Egito (FIG. 1). Entretanto, o AFRICOM relaciona-se com o Egito para questões de segurança. Oficialmente, o AFRICOM foi lançado como um subcomando unificado subordinado ao EUCOM em 01 de outubro de 2007, tendo tornado-se um Comando independente em 01 de outubro de 2008, em *Stuttgart* na Alemanha (PLOCH, 2011), em virtude da falta de apoio político, de praticamente todos os países africanos, em hospedar o AFRICOM em seus territórios (FEICKERT, 2013, p.30). Assim sendo, uma solução cabível, para que os EUA logrem transpor essa dificuldade política, seria construir parcerias com países que gozem de um bom conceito junto aos países africanos.

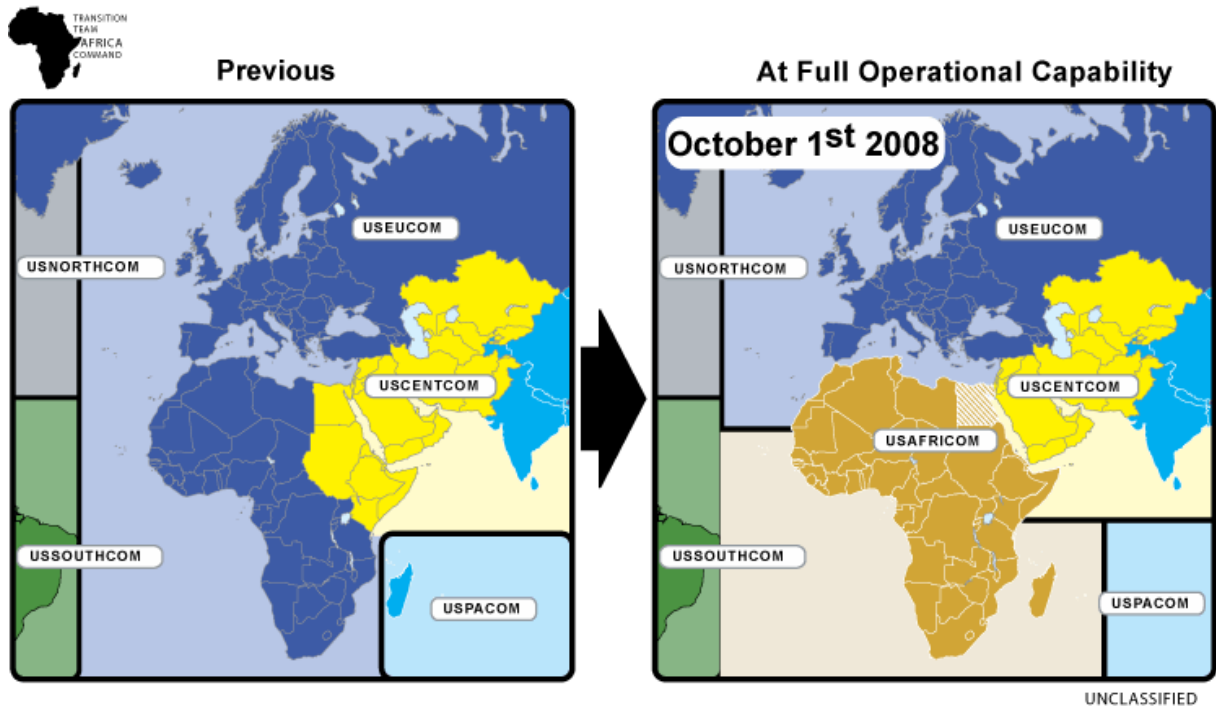


Figura 1 – Áreas de responsabilidades dos Comandos Combatentes, antes e depois do AFRICOM.
 Fonte: PLOCH (2011, p.30).

A criação do AFRICOM concretizou um maior envolvimento norte-americano no continente africano, sendo que, conforme abordou Cunha (2011), a estrutura desse novo Comando Combatente Unificado foi baseada no contexto africano, de acordo com as suas ameaças e necessidades, e nos interesses norte-americanos no continente. Nesse contexto, ainda segundo Cunha (2011), o AFRICOM apresentou algumas inovações em relação aos demais Comandos Unificados, pois incluiu na sua estrutura, além dos militares e civis do Departamento de Defesa (*Department of Defense, DoD*), elementos de outros departamentos estadunidenses. Como exemplo, um embaixador do Departamento de Estado desempenha a função de subcomandante do AFRICOM, que é responsável pelos assuntos civil-militar desse Comando Combatente. Ademais, o AFRICOM possui um segundo subcomandante, que é responsável pelas operações militares. A equipe do Estado-Maior do AFRICOM também incluía um conselheiro de política externa, do Departamento de Estado, um conselheiro para o

desenvolvimento e assistência humanitária, da USAID²⁹, dentre outros. O que evidencia a característica universalista assumida pelo AFRICOM (CUNHA, 2011).

O primeiro Comandante do AFRICOM foi o General de quatro estrelas William Ward, com bastante experiência nos assuntos referentes ao continente africano. Esse Oficial havia atuado, anteriormente, como subcomandante do EUCOM, além de já ter servido no Egito e na Somália (MESFIN, 2009, p. 4). O efetivo atual do AFRICOM é de aproximadamente 2 mil funcionários designados, incluindo militares, funcionários civis federais dos EUA e funcionários contratados pelo governo norte-americano. Desse total, cerca de 1.500 trabalham na sede do Comando, em *Stuttgart*, na Alemanha. Os demais servem na *MacDill Air Force Base*, na Flórida, e numa unidade da Força Aérea do Reino Unido, em *Molesworth*, na Inglaterra. No ano fiscal de 2012, o orçamento executado pelo AFRICOM foi de US \$ 276 milhões³⁰.

Nesse contexto universalista, o objetivo do AFRICOM é auxiliar os parceiros africanos a desenvolver sua capacidade de MDA, de maneira a contribuir para o combate à pirataria e tráfico ilícito, além de ajudar a África a prevenir, mitigar e resolver conflitos, colaborando, juntamente com outros parceiros internacionais, com a estabilidade e segurança do continente Africano. (EUA. AFRICOM, 2012b). Nesse escopo, Feickert (2013, p. 28) definiu a missão do AFRICOM:

Africa Command protects and defends the national security interests of the United States by strengthening the defense capabilities of African states and regional organizations and, when directed, conducts military operations, in order to deter and defeat transnational threats and to provide a security environment conducive to good governance and development³¹.

²⁹ Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional.

³⁰ Sítio do AFRICOM. Disponível em: < <http://www.africom.mil/about-the-command>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

³¹ O AFRICOM deverá proteger e defender os interesses de segurança nacional dos EUA, por fortalecimento das capacidades de defesa dos países africanos e organizações regionais e, quando ordenado, conduzir operações militares, a fim de dissuadir e derrotar ameaças transnacionais, além de proporcionar um ambiente de segurança propício para uma boa governança e desenvolvimento regionais (tradução nossa).

Em seguida, para um melhor entendimento da atuação do AFRICOM e suas implicações, antes de ampliar os aspectos operacionais desse Comando, será descrita a Estrutura Militar dos EUA e o *Unified Command Plan* (UCP)³², além de abordar as principais operações militares no continente africano e as cooperações internacionais.

4.2 A ESTRUTURA MILITAR DOS EUA

Na estrutura militar norte-americana, o Presidente dos EUA é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas dos EUA, tendo logo abaixo na cadeia de Comando, o Secretário de Defesa, cargo equivalente ao Ministro da Defesa no Brasil. Abaixo do Secretário seguem-se, no mesmo nível de hierarquia, os Comandos Combatentes e os Comandos das Forças Singulares, denominados Departamento do Exército, Departamento da Marinha, Departamento da Força Aérea. Essa cadeia de comando também envolve o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, de acordo com a FIG. 4 (ANEXO B), que assessora o Presidente, o Secretário de Defesa e os Comandantes dos UCC (SAPOLSKY, 2009).

Em seguida, será abordado o UCP que detalha o emprego operacional dos Comandos Combatentes, bem como o papel do AFRICOM nessa estrutura.

4.3 O PLANO DE COMANDO UNIFICADO

O Plano de Comando Unificado (UCP) e os Comandos Combatentes (COCOMs) fornecem instruções operacionais e de Comando e Controle para as Forças Armadas, que têm um significativo impacto na forma como as Forças são organizadas. Em termos estratégicos, o

³² O Plano de Comando Unificado estabelece instruções operacionais para os Comandos Unificados.

UCP e os COCOMs constituem a personificação da política militar dos EUA, tanto em casa como no estrangeiro. Os COCOMs não só executam a política militar, como também desempenham um papel importante na política externa. Todos os Comandantes dos COCOMs prestam, anualmente, depoimentos perante as Comissões das Forças Armadas do Congresso norte-americano, sobre a sua postura operacional e de orçamento. Da mesma forma, membros do Congresso visitam os COCOMs (FEIKERT, 2013). Dentro desse escopo político-estratégico, verifica-se que essas apresentações dos Comandantes Combatentes no congresso estadunidense evidenciam a relevância dessa Estrutura de Comando para o poder político norte-americano.

O UCP é preparado pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto e aprovado pelo presidente dos EUA, sendo que, antes de sua aprovação pelo presidente, o Plano é apreciado pelo Secretário de Defesa e pelo Conselho de Segurança Nacional. O UCP é confidencial, atualizado a cada dois anos ou a qualquer momento com base na mudança estratégica, política ou exigências orçamentais. O Plano define as orientações básicas para todos os Comandos Combatentes, além de atribuir suas missões, planejamento, treinamento, responsabilidades operacionais e áreas geográficas de responsabilidades, para cada Comando Combatente. Ressalta-se que, o processo de elaboração e revisão do UCP também leva em consideração o contexto estratégico global, como a guerra no Afeganistão, a situação econômica mundial, as relações com os aliados, além de orientações do Presidente e Secretário de Defesa (FEICKERT, 2013, p. 1-4).

A quantidade de Comandos Combatentes não é regulada por lei ou política, sendo que o número de Comandos e suas áreas de responsabilidades têm variado ao longo dos anos, de acordo com as diretrizes estratégicas norte-americanas. Atualmente, há nove COCOMs ativos, sendo que os Comandos Combatentes são divididos em Comandos Funcionais e Comandos Geográficos (FEICKERT, 2013, p. 2-3).

Os Comandos Combatentes Funcionais operaram em todo o mundo, não sendo limitados por fronteiras geográficas. Esses Comandos fornecem capacidades específicas para os Comandos Combatentes geográficos e as Forças Armadas (FEICKERT, 2013, p. 2-3):

- USSOCOM: EUA Comando de Operações Especiais, *MacDill Air Force Base, FL*;
- USSTRATCOM: Comando Estratégico dos EUA, *Offutt Air Force Base, NE*; e
- USTRANSCOM: Comando de Transporte dos EUA, *Scott Air Force Base, IL*.

Os Comandos Combatentes Geográficos operaram em áreas geográficas claramente delineadas (FEICKERT, 2013, p. 3):

- USAFRICOM: Comando da Africa, *Kelley Barracks, Stuttgart, Alemanha*;
- USCENTCOM: Comando Central, *MacDill Air Force Base, FL*;
- USEUCOM: Comando Europeu, *Quartel Patch, Stuttgart, Alemanha*;
- USNORTHCOM: Comando Norte, *Peterson Air Force Base, CO*;
- USPACOM: Comando do Pacífico, *Camp H.M. Smith, HI*; e
- USSOUTHCOM: Comando Sul, *Miami, FL*.

A FIG. 4 (ANEXO B) apresenta a Cadeia de Comando dos Comandos Combatentes, tendo no topo dessa Cadeia, o presidente dos EUA, seguido pelo Secretário de Defesa, conforme indicado na figura. O Chefe do Estado-Maior Conjunto (CJCS) serve como elo entre o Presidente, o Secretário de Defesa e os Comandos Combatentes, ressaltando-se que esses Comandos não são subordinados ao CJCS. As Forças e unidades operacionais designadas para os COCOMs ficarão subordinadas ao Comandante do COCOM (FEICKERT, 2013, p. 11).

Nessa estrutura, o AFRICOM é responsável pelas relações militares dos EUA com 54 países africanos, incluindo Cabo Verde, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, juntamente com as Ilhas oceânicas de Comores, Madagascar, Maurícios e Seychelles, sendo

que o Comando Central mantém a sua tradicional relação com o Egito, exceto nas questões relativas à segurança, que são da responsabilidade do AFRICOM (FEICKERT, 2013, p. 28).

Em seguida serão abordados os aspectos referentes ao emprego operacional do AFRICOM na área marítima de atuação.

4.4 ASPECTOS OPERACIONAIS NA ÁREA MARÍTIMA DE ATUAÇÃO DO AFRICOM

Um dos principais objetivos do AFRICOM, no que tange à segurança marítima, inclui o desenvolvimento da MDA, aumento da capacidade de resposta dos países africanos, além de promover a integração e a cooperação regional (EUA. AFRICOM, 2012b, p. 12-13). Nesse escopo, ressalta-se que essas iniciativas norte-americanas para desenvolver a capacidade de MDA dos países africanos são convergentes com os interesses do Brasil, em particular da MB, nessa região.

Dessa forma, em 17 de outubro de 2007, durante o *International Seapower Symposium*³³ (ISS), em *Newport, Rhode Island*, o Almirante Gary Roughead, recém-nomeado Chefe de Operações Navais (CNO), revelou a nova estratégia marítima conjunta, denominada de *Cooperative Strategy for the 21st Century Seapower*, usualmente designada como Estratégia Cooperativa (EUA. UNITED STATES NAVY, 2007a). Essa estratégia traduz a orientação estratégica marítima como sendo um esforço de colaboração entre as forças marítimas dos EUA, a Marinha, o Corpo de Fuzileiros Navais e a Guarda Costeira. A Estratégia Cooperativa ressalta a importância da realização de parcerias internacionais para

³³ O ISS ocorre a cada dois anos, no *US NAVAL WAR COLLEGE*, com o objetivo de fornecer um fórum, para os chefes das Marinhas internacionais, para discutir os desafios comuns e oportunidades marítimas, com o intuito de reforçar a cooperação internacional de segurança marítima. Disponível em: <<http://www.usnwc.edu/iss>>. Acesso em 12 jun. 2013.

garantir a segurança marítima global. A ideia da Marinha estadunidense seria fomentar o conceito da "marinha de mil navios", em que a adesão cooperativa seria puramente voluntária e não teria vínculos jurídicos ou de oneração. Seria uma forma livre, de auto-organização da rede de parceiros marítimos, que estejam interessados em usar o poder do mar para unir e não para dividir. As barreiras de entrada seriam baixas, enquanto que o respeito à soberania seria elevado. Essa nova estratégia enfatiza que, "Prevenir as guerras é tão importante quanto vencer guerras" (tradução nossa). Assim, a Estratégia Cooperativa "centra-se nas oportunidades, não em ameaças; no otimismo, não no medo; e na confiança, não a dúvida." (SOHN, 2009, 46-47). Esse novo enfoque da estratégia marítima norte-americana, que realça a cooperação internacional e o multilateralismo, pode ser interpretado como convergente com os interesses brasileiros, pois ressalta que a prevenção dos conflitos deve se pautar na cooperação e no patrulhamento dos mares.

Nesse contexto, o principal programa de cooperação de segurança marítima das Forças Navais dos EUA na África é materializado pela operação denominada de *Africa Partnership Station* (APS), cujo foco é a consolidação da segurança marítima através do aumento da MDA, a capacidade de resposta e de infraestrutura dos países africanos³⁴. Desse modo, a APS constitui-se de uma Estação de Esquadra Global (GFS) baseada no mar e projetada para atuar na comunidade marítima do Golfo da Guiné, para desenvolver uma melhor governança marítima e negar o uso do mar para aqueles que ameaçam a segurança regional e global. Ressalta-se a relevância desse caráter eminentemente naval da APS, onde todas as iniciativas e ações são emanadas do mar sem a necessidade do estabelecimento de bases permanentes em território africano, haja vista que o principal propósito da APS é aperfeiçoar as habilidades marítimas dos países envolvidos, visando um melhor entendimento

³⁴ Sítio do AFRICOM. Disponível em: < <http://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation-programs/aps> >. Acesso em: 25 jun. 2013.

sobre a norma da lei do mar, com o propósito de inibir os crimes marítimos e melhor combater o transporte de artigos ilegais por via marítima (SOHN, 2009).

Ainda segundo Sohn (2009), o AFRICOM, através da APS, tem a oportunidade única para adotar um novo paradigma de segurança, com uma abordagem integrada para a garantia da segurança marítima e prevenção de conflitos. Um fator importante será a chance de alavancar a capacidade dos povos africanos em prover sua própria segurança no mar. Outro diferencial da APS consiste no fato de a iniciativa das ações partirem das nações africanas parceiras, além da diretriz geral para evitar ao máximo o posicionamento de tropas internacionais em solo africano, afastando assim os temores de que o AFRICOM teria interesse em construir bases militares na África (SOHN, 2009, p.53).

Dessa forma, em outubro de 2007, a bordo de um navio da Marinha estadunidense, o USS Fort McHenry, foi efetivada a operação APS 2007, também denominada de "Escola Flutuante", cujo objetivo era prestar assistência e treinamento para as nações do Golfo da Guiné. Esses treinamentos eram centrados na formação da MDA, aplicação da lei, gestão e segurança de instalações portuárias, navegação, busca e salvamento, liderança, logística, assistência humanitária e resposta a desastres (PLOCH, 2011, p. 22-23).

Assim, em face da característica operacional da APS ter como premissa que a iniciativa das ações parta das nações africanas e a diretriz geral de evitar o posicionamento de tropas internacionais em solo africano, pode-se inferir que há convergência, no âmbito da principal operação marítima do AFRICOM, nos interesses brasileiros e norte-americanos na região. Dessa forma, será abordada no próximo subitem a participação da MB em algumas operações marítimas do AFRICOM.

4.5 COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS ENVOLVENDO O AFRICOM E A MB

We welcome Brazil's leadership and seek to move beyond dated North-South divisions to pursue progress on bilateral, hemispheric, and global issues. Brazil's macroeconomic success, coupled with its steps to narrow socioeconomic gaps, provide important lessons for countries throughout the Americas and Africa. We will encourage Brazilian efforts against illicit transnational networks³⁵ [...] (EUA, 2010, p.44).

Dentro desse escopo de cooperação internacional, respaldado tanto pela Constituição Federal, quanto pela política externa brasileira, bem como os documentos condicionantes de mais alto nível do Ministério da Defesa (MD), a MB tem apoiado iniciativas que promovam a cooperação naval entre os países limítrofes do Atlântico Sul. Dessa forma, o Planejamento Estratégico da MB estabelece as diretrizes para a aplicação do poder naval junto aos Organismos Internacionais e à estrutura do relacionamento da MB com as Marinhas amigas (WIEMER, 2013). Nesse caso, evidencia-se o emprego da MB em suporte à diplomacia brasileira, bem como a sua contribuição para a manutenção da ordem e segurança regional. Esse entendimento encontra respaldo na teoria do triângulo do uso do mar, que definiu um modelo para descrever o uso do mar e o papel das Marinhas de Guerra, a partir de um triângulo, cujos lados compõem os três tipos de emprego das Marinhas, o militar, o diplomático e na garantia da lei e da ordem (BOOTH, 1985, p. 137; GROVE, 1990).

Dessa maneira, em virtude das iniciativas norte-americanas para desenvolver a capacidade de MDA dos países africanos serem convergentes com os interesses do Brasil, bem como a oportunidade de operar com outras marinhas e o aperfeiçoamento da interoperabilidade, a MB tem participado das operações APS do AFRICOM, em parceria com a Marinha norte-americana e Marinhas dos países do Golfo da Guiné.

³⁵ A liderança do Brasil é bem-vinda e procuramos superar as ultrapassadas divisões Norte-Sul, para perseguir o progresso em questões bilaterais, hemisféricas e globais. O sucesso macroeconômico do Brasil, aliado com suas medidas para reduzir as lacunas socioeconômicas, fornece importantes lições para os países das Américas e da África. Vamos incentivar os esforços brasileiros contra as redes transnacionais ilegais [...] (tradução nossa).

Assim sendo, em 2010, a APS incluiu representantes de nove aliados europeus, 17 países africanos e do Brasil, que enviou um Oficial para compor o Estado-Maior da APS 2010³⁶. Seu principal objetivo era melhorar a segurança marítima na África, além da construção de relacionamentos duradouros. Para tal, a APS concentra-se em atender quatro áreas de interesse: formação de profissionais marítimos, infraestruturas marítimas, a formação da MDA e a capacidade de resposta dos países africanos. As experiências compartilhadas durante a missão **incluíram o direito do mar** (grifo nosso), segurança, Operações de Interdição Marítima (MIO), manutenção de embarcações, dentre outras³⁷. Além disso, o papel diplomático de cada membro da equipe participante da APS não pode ser subestimado, haja vista a efetiva capacidade de divulgação da cultura de segurança e estabilidade institucional entre os países participantes (SOHN, 2009, p. 51).

Em decorrência do sucesso da participação da MB na APS, em março de 2013, a MB enviou um grupo de militares³⁸ para participar do exercício naval *OBANGAME EXPRESS* 2013. O exercício foi focado em operações de segurança marítima e englobou uma ampla variedade de treinamentos para todas as Forças participantes, incluindo abordagem de navios em alto mar, operações aéreas, exercícios de comunicações e compartilhamento de informações regionais, com o objetivo de ajudar as nações marítimas do Golfo de Guiné a melhor fiscalizar as suas águas jurisdicionais. A coalizão foi formada por representantes das Marinhas da Bélgica, Benin, Brasil, Camarões, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, França, Gabão, Holanda, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Espanha, Togo e EUA³⁹.

³⁶ Sítio do AFRICOM. Disponível em: <<http://www.africom.mil/Newsroom/Article/7490/plans-underway-for-fourth-year-of-africa-partnersh>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

³⁷ Sítio do Global Security. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/ops/aps.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

³⁸ Sítio da Embaixada dos EUA em Camarões. Disponível em: <http://yaounde.usembassy.gov/sp_030413.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

³⁹ Sítio do AFRICOM. Disponível em: <<http://www.africom.mil/Newsroom/Article/10389/exercise-obangame-express-2013>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

Especificamente sobre a operação APS, principal operação marítima no âmbito do AFRICOM, vale observar que essa operação inclui eventos referentes ao direito do mar, sendo que a legislação internacional que regula esse tema é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada em *Montego Bay*, Jamaica, em 1982, ainda não ratificada pelos EUA. Assim, em face do Brasil já ter ratificado esse tratado e ser, naturalmente, do seu interesse que os EUA também o façam, vislumbra-se como oportuno tratar desse tema, durante a negociação de futuras participações da MB em parceria com o AFRICOM. Uma abordagem plausível seria ressaltar que a ratificação da convenção de *Montego Bay*, pelos EUA, causaria uma percepção de coerência junto às nações parceiras da APS, haja vista que um dos objetivos dessa operação engloba a difusão e emprego do direito do mar.

Dando continuidade à análise da atuação do AFRICOM, serão abordados no próximo subitem, os reflexos da atuação desse Comando Combatente, para os EUA, África e Brasil.

4.6 REFLEXOS DA CRIAÇÃO DO AFRICOM

Desde a sua criação em 2008, o AFRICOM tem perseguido uma ambiciosa agenda de atividades no continente africano, com o propósito de contribuir com a segurança, estabilidade política e MDA daquela região, conforme abordou o General Carter Ham (EUA. AFRICOM, 2012b, p.2):

[...]. The United States is increasingly connected to African states and regional organizations through shared economic, political, and security interests, including commitments to consolidating democratic and economic progress achieved in recent

years. U.S. Africa Command supports these efforts through our operations, exercises, and security cooperation activities⁴⁰. [...].

Entretanto, também há registros de reflexos negativos para os estadunidenses, pois quanto maior a associação dos EUA com um determinado estado africano, maior a sua identificação com o regime vigente naquele país. Dessa forma, em algumas ocasiões a opinião pública mundial poderá atrelar a imagem dos EUA a regimes repressivos e corruptos (MESFIN, 2009, p. 6). Assim, para um melhor detalhamento dessa conjuntura, os reflexos da criação do AFRICOM para os EUA, para os países africanos e para o Brasil serão abordados separadamente a seguir.

4.6.1 Reflexos do AFRICOM para os EUA

A luz dos resultados positivos alcançados pelas operações *APS*, *OBANGAME EXPRESS*, no âmbito do AFRICOM, vislumbra-se que a criação desse Comando ofereceu uma estrutura melhor e mais integrada para a consolidação dos interesses norte-americanos na África, considerando as rápidas mudanças provocadas pelo fim da Guerra Fria e as consequências dos atentados terroristas de setembro de 2001, no que tange ao conceito das “novas ameaças”. Além disso, a criação do AFRICOM demonstrou a importância da África para a segurança nacional dos EUA e o compromisso do governo para dar ao continente a atenção que ele merece. Dessa forma, a decisão, do presidente George W. Bush, de atribuir à África uma maior prioridade na estrutura dos Comandos Combatentes, também intencionou colocar um fim nos vestígios do período colonial do continente e da Guerra Fria, durante os quais as preocupações com a África eram subordinadas aos interesses da Europa. Dentro

⁴⁰ [...]. Os EUA estão cada vez mais ligados aos estados africanos e suas organizações regionais, através de interesses econômicos, políticos e de segurança comuns, incluindo compromissos de consolidação democrática e de progresso econômico, já alcançado nos últimos anos. Assim, o AFRICOM apoia esses esforços através de nossas operações, exercícios e atividades de cooperação de segurança. [...] (tradução nossa).

desse escopo, os EUA poderiam assegurar um melhor acesso ao petróleo, reduzir a crescente influência política, diplomática e econômica da China, além de supervisionar as ações antiterroristas no continente africano e antecipar os desafios afetos à segurança da África (MESFIN, 2009, p. 5).

Como aspecto negativo para os EUA, ressalta-se a crescente atuação do AFRICOM no continente, promovendo novas parcerias e operações combinadas com vários países africanos, poderá atrelar a imagem dos EUA com regimes institucionalmente ineficazes, corruptos e politicamente repressivos, pois quanto maior a associação dos EUA com um determinado estado africano, maior a sua identificação com o regime vigente naquele país. Cabe ressaltar que, esses regimes procuram cooperar, com entusiasmo, com AFRICOM, para usar essa parceria como um álibi enganoso para cometerem abusos atrozes aos direitos humanos (MESFIN, 2009, p. 6).

Portanto, para os EUA, pode-se concluir que a criação do AFRICOM tem contribuído com a política de segurança nacional norte-americana, promovendo a cooperação internacional, em prol da segurança marítima, entre os países limieiros do Atlântico Sul, incluindo a implantação da MDA e o treinamento dos parceiros africanos no combate às “novas ameaças”. Além disso, o AFRICOM também colaborou com a política externa estadunidense para a África, pós-11 de Setembro de 2001, que atribuiu àquele continente uma grande importância estratégica.

Como reflexo negativo para os EUA, pode-se mencionar a questão da possibilidade da imagem dos EUA ser atrelada a regimes corruptos e politicamente repressivos, pois quanto maior a parceria do AFRICOM com um determinado estado africano, maior será a identificação dos EUA com o regime vigente naquele país.

4.6.2 Reflexos do AFRICOM para a África

Do ponto de vista africano, pode-se afirmar como aspecto positivo, que a criação do AFRICOM poder ser percebida como uma evidência do compromisso dos EUA com a segurança e estabilidade política africana. Também pode sinalizar uma tentativa dos EUA para entender melhor os legados históricos e geopolíticos que envolvem os diversos aspectos relacionados à política de segurança e desenvolvimento regional. Dessa forma, o AFRICOM poderia ajudar na formação de tropas africanas para manutenção da paz e colaborar com a formação de militares africanos mais profissionais, que sejam capazes de afastar ameaças externas, evitar ataques terroristas e proteger áreas sensíveis, tais como as instalações petrolíferas. Finalmente, o AFRICOM poderia melhorar a segurança marítima ao longo da costa da África e reduzir a criminalidade, através do apoio à formação marinheira e dos serviços de inteligência, bem como a realização de exercícios e operações multinacionais como a APS (MESFIN, 2009, p. 6).

Como aspecto negativo do AFRICOM para a África, pode-se mencionar que alguns africanos ficaram preocupados com a possibilidade do AFRICOM vir a se tornar o principal interlocutor do governo dos EUA com a África, o que representaria a militarização definitiva da política externa dos EUA para o continente africano. Além disso, a imagem dos militares dos EUA foi muito desgastada no continente, em virtude das cenas de violência transmitidas durante a guerra do Iraque, que custou a vida de centenas de milhares de cidadãos iraquianos. (MESFIN, 2009, p. 6-7).

Portanto, apesar dos esforços norte-americanos para contribuir com a segurança e estabilidade política na África, ainda observa-se o desgaste da imagem dos EUA perante o povo africano, que interpreta a criação do AFRICOM como um ato unilateral norte-americano que teria como objetivo oculto, a construção de bases militares estadunidenses na África.

Nesse contexto, em face dos laços históricos que unem os brasileiros aos africanos e as atuais cooperações harmoniosas entre o Brasil e a África, que ajudaram a construir uma imagem positiva do Brasil perante os seus vizinhos africanos, pode-se interpretar que o recente interesse dos EUA, na participação da MB nas operações APS e *OBANGAME EXPRESS*, também pode estar relacionada com uma tentativa de melhorar a percepção da imagem dos EUA perante os africanos.

4.6.3 Reflexos do AFRICOM para o Brasil

Com a ativação operacional do AFRICOM, em 2008, os EUA têm intensificado suas atividades militares na África e no Atlântico Sul, região geográfica que é de grande importância para os interesses brasileiros. Os laços históricos comuns que unem o Brasil e os seus vizinhos na África ocidental, bem como o relevante relacionamento comercial e cultural entre o Brasil e a África evidenciam a importância estratégica dessa região. Dessa forma, fica evidente a relevância para o Brasil, das questões referentes à atuação de atores externos, como o AFRICOM, nesse espaço sul-Atlântico. Ressalta-se que também é do interesse das Forças Armadas brasileiras, em particular da MB, monitorar o que ocorre nesse espaço marítimo, devido às questões de segurança, econômicas, humanitárias ou ambientais. Assim sendo, a questão apresentada no subitem anterior, a respeito do interesse do AFRICOM em convidar a MB para participar, como parceira, de suas principais operações marítimas na costa ocidental da África pode ser avaliada como aderente aos interesses brasileiros, pois permitiria ao Brasil acompanhar *in loco* as atividades operacionais do AFRICOM, em áreas de grande importância estratégica para o Brasil. Além disso, também é muito positiva, para o Brasil, a possibilidade de cooperar com a segurança e estabilidade dos seus vizinhos da outra margem do Atlântico.

Portanto, pode-se concluir que as propostas para a participação da MB em operações do AFRICOM são consideradas positivas para o Brasil. Ressalta-se que, a cooperação internacional no âmbito do Ministério da Defesa do Brasil encontra respaldo na política externa brasileira e nos documentos condicionantes do planejamento da Defesa, como a PDN e a END (WIEMER, 2013). Ademais, a participação da MB nas operações APS e *OBANGAME EXPRESS*, no âmbito do AFRICOM, também encontra suporte no triângulo do uso do mar, que prevê o emprego das Marinhas em apoio à diplomacia e à manutenção da lei e da ordem internacional (BOOTH, 1985, p. 137; GROVE, 1990). Nesse contexto, ressalta-se que a MB deverá pautar a sua participação nessas operações de forma a preservar a boa imagem do Brasil perante os seus parceiros africanos. Além disso, outro aspecto que pode ser vislumbrado como positivo, para os interesses brasileiros, seria o enfoque colaborativo das atividades do AFRICOM, que pautou a sua atuação operacional na África, na Estratégia Cooperativa (EUA. UNITED STATES NAVY, 2007a), sendo que essa estratégia é, notoriamente, diferente das últimas estratégias marítimas americanas, pois ressalta que a prevenção dos conflitos deve se pautar na cooperação e no patrulhamento dos mares.

A seguir, nas considerações parciais, será apresentada uma análise sumária sobre as implicações da criação e atuação do AFRICOM.

4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em face do que foi apresentado neste capítulo, verificou-se que a criação do AFRICOM concretizou um maior envolvimento norte-americano no continente africano. Os EUA puderam assegurar um melhor acesso ao mercado de *commodities* estratégicas daquele continente, bem como reduzir a crescente influência política, diplomática e econômica da China. Finalmente, mas não menos importante, os EUA puderam contribuir com os desafios

afetos à segurança da África e do Atlântico Sul. Especificamente sobre a segurança marítima, os objetivos do AFRICOM concentraram suas atenções no desenvolvimento da MDA dos países africanos, bem como a promoção da integração e a cooperação regional.

Sob o enfoque africano, pode-se afirmar como reflexo positivo, que a criação do AFRICOM evidenciou a nova importância estratégica que os EUA atribuíram à África. Entretanto, ainda é grande o desgaste da imagem dos EUA perante a maioria dos africanos, que interpretam que o AFRICOM teria como objetivo oculto, a construção de bases militares estadunidenses na África. Haja vista que os EUA basearam o AFRICOM em *Stuttgart* na Alemanha, em virtude da falta de apoio político, de praticamente todos os países africanos, em hospedar o AFRICOM em seus territórios (PLOCH, 2011). Nesse contexto, pode-se interpretar que os EUA têm intenção de estabelecer parcerias com países que tenham uma boa imagem junto aos países africanos, com o objetivo de transpor aquela dificuldade política inicial. Nesse caso, o Brasil, em face dos seus notórios laços de amizade com a África, qualifica-se como um parceiro potencial para contribuir com as iniciativas estadunidenses na região.

No que tange à participação da MB, com o envio de pessoal, na APS e *OBANGAME EXPRESS*, pode-se ressaltar como reflexo positivo da participação brasileira nessa operação marítima multinacional, a oportunidade de cooperar com a formação do MDA dos países da costa ocidental africana e de exercer ação de presença na área marítima pertencente ao entorno estratégico brasileiro, além do fato de incrementar a interoperabilidade com a Marinha norte-americana, que possui grande experiência em ações em prol da segurança marítima. Ressalta-se, ainda como aspecto considerado positivo, que a APS é uma operação com vocação naval por natureza, pois a APS não estabelece bases permanentes em terra, todas as ações são emanadas do mar, haja vista que o foco da operação está centrado no desenvolvimento e treinamento das capacidades marítimas dos países africanos parceiros da

operação. Outro aspecto relevante da APS, que pode interessar às demais Marinhas regionais, refere-se ao aperfeiçoamento das habilidades dos países participantes para melhor entender e aplicar as questões referentes ao direito do mar, com o propósito de restringir os delitos marítimos e melhor combater as chamadas “novas ameaças” por via marítima, como a pirataria, a pesca ilegal, o tráfico de drogas e o contrabando, prioritariamente na região do Golfo da Guiné.

Especificamente sobre a atuação marítima do AFRICOM, cabe observar a questão dos eventos referentes ao emprego do direito do mar constantes da APS, cuja legislação internacional é a CNUDM, ainda não ratificada pelos EUA. Nesse contexto, em face do Brasil já ter ratificado esse tratado e ser, naturalmente, do interesse brasileiro que os EUA também o façam, vislumbra-se como oportuno que esse tema seja abordado nas futuras participações da MB em parceria com o AFRICOM.

Como reflexo negativo para os EUA, pode-se mencionar a questão da possibilidade da imagem dos EUA ser atrelada a regimes corruptos e repressivos. Pois, quanto maior a parceria do AFRICOM com um determinado estado africano, maior será a identificação dos EUA com o regime vigente naquele país, sendo que esses regimes procuram cooperar, intensamente, com AFRICOM para usar essa parceria como um alibi para cometerem abusos marcantes aos direitos humanos.

Portanto, com base na análise apresentada acima, pode-se concluir que a criação do AFRICOM apresenta um balanço positivo no que concerne às implicações e reflexos para os EUA, Brasil e África, principalmente nas questões inerentes à segurança do Atlântico sul. Particularmente sobre os EUA, ressalta-se a contenção, no campo político e comercial, à crescente influência da China na África. Também se pode concluir que, a participação da MB, com o envio de pessoal, nas operações do AFRICOM foi positiva, considerando a promoção

da interoperabilidade entre as Marinhas e a ação de presença da MB na região que integra o seu entorno estratégico.

A seguir na conclusão, será respondida a questão central deste trabalho. Para tal, serão ressaltados os principais aspectos que respaldem a análise final sobre a convergência ou divergência dos interesses do Brasil e dos EUA na África.

5 CONCLUSÃO

Finalmente, neste capítulo será respondida a pergunta que retrata o problema central deste trabalho: Os interesses do AFRICOM na África ocidental são convergentes ou divergentes com os interesses da MB nessa região?

Além disso, serão identificadas as áreas de convergência de interesses do Brasil e dos EUA, que sejam favoráveis à cooperação entre a MB e o AFRICOM, que contribuirão para o incremento do ambiente de segurança do Atlântico Sul.

Dessa forma, pode-se afirmar que, atualmente, tanto o Brasil como os EUA atribuem grande importância estratégica aos países da costa ocidental da África e ao Atlântico Sul, sendo que ambos os países têm interesse em promover a segurança e a estabilidade política nessa região. Cabe ressaltar que, no caso específico do Brasil, esse espaço geográfico está inserido no seu entorno estratégico, razão pela qual a África ocupa posição de destaque na política externa brasileira. Nesse contexto, o Brasil tem promovido, junto com os seus vizinhos africanos, iniciativas para manter o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, podendo-se citar como exemplos exitosos de cooperações regionais, a CPLP e a ZOPACAS. Por outro lado, desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA têm aumentado, significativamente, as suas atividades militares na África, com a recente criação do AFRICOM. Nesse escopo, pode-se concluir como sendo, naturalmente, importante para o Brasil analisar se essas iniciativas militares estadunidenses no continente africano são convergentes com os interesses brasileiros.

Assim sendo, este trabalho se propôs a responder a questão acima apresentada, a partir de uma contextualização, histórica e geopolítica, das relações entre o Brasil, EUA e a África. Além disso, foram identificadas as ameaças à segurança marítima no Atlântico Sul e as ações empreendidas para se contrapor às mesmas. Com esse enfoque, buscou-se analisar os

aspectos políticos e militares que envolveram a criação do AFRICOM e suas implicações para os demais atores regionais envolvidos.

No que concerne às ameaças à segurança marítima, é plausível concluir que, as “novas ameaças” constituem-se nas principais preocupações tanto para o Brasil quanto para os EUA, pois engloba o terrorismo, o narcotráfico, o contrabando, a pirataria e o tráfico de pessoas. Portanto, vislumbra-se que, o aprimoramento da “Consciência do Domínio Marítimo - MDA” no Brasil e sua implantação nos países da costa ocidental da África são de grande importância para uma melhor eficiência da segurança marítima sul-Atlântica. Além disso, o estabelecimento de parcerias, que promovam o compartilhamento regional de conhecimentos de inteligência, também contribui para a segurança marítima dessa região. Ademais, uma atuação mais efetiva dos parceiros do Atlântico Sul em prol da segurança marítima regional contribuiria para uma melhor percepção de segurança regional e a consequente dispensa da atuação de atores externos nessa porção do Oceano Atlântico.

No âmbito dos objetivos operacionais do AFRICOM, verificou-se que o principal programa de cooperação de segurança marítima das Forças Navais dos EUA na África foi materializado pela APS, cujo foco principal é a consolidação da segurança marítima através do aumento da MDA, melhoria da capacidade de resposta e de infraestrutura dos países africanos. Além disso, a operação APS tem como principal característica a premissa de que a iniciativa das ações parta das nações africanas e a diretriz geral de evitar o posicionamento de tropas internacionais em solo africano, além do desenvolvimento da MDA e a promoção da cooperação regional. Esse novo enfoque da estratégia marítima norte-americana, que realça a cooperação internacional e o multilateralismo, pode ser interpretado como convergente com os interesses brasileiros, pois ressalta que a prevenção dos conflitos deve se pautar na cooperação e no patrulhamento dos mares.

Também se pode concluir que as participações da MB, com o envio de pessoal para as operações APS e *OBANGAME EXPRESS*, geraram resultados positivos, tais como a oportunidade de cooperar com a formação da MDA dos países da costa ocidental africana e de exercer ação de presença na área marítima pertencente ao entorno estratégico brasileiro, além do fato de incrementar a interoperabilidade com a Marinha norte-americana. Ressalta-se, ainda, a relevância do caráter eminentemente naval da APS, onde todas as ações são emanadas e desenvolvidas no mar, sem que haja a necessidade da permanência de tropas nem o estabelecimento de bases permanentes em terra. Ademais, outro aspecto da APS, que pode ser considerado como convergente com os interesses da MB, refere-se ao fato, já ressaltado no capítulo anterior, que essa operação tem foco no aperfeiçoamento das habilidades marítimas dos países parceiros africanos, visando um melhor entendimento sobre a lei do mar, de forma a contribuir com a segurança marítima sul-Atlântica.

No âmbito da atuação marítima do AFRICOM, não foram vislumbradas divergências com os interesses da MB na costa ocidental da África. Entretanto, cabe mencionar os eventos referentes ao emprego do direito do mar na APS, uma vez que a legislação internacional que regula esse tema é a CNUDM, ainda não ratificada pelos EUA. Assim, no contexto político, vislumbra-se como oportuno tratar desse tema, durante as negociações de futuras participações da MB em operações do AFRICOM, sugerindo que seria oportuna e coerente a ratificação dessa convenção pelos EUA, uma vez que a APS emprega temas afetos ao direito do mar. Dessa forma, ao promover a ratificação da convenção de *Montego Bay*, a MB estaria colaborando, de forma efetiva e indireta, com a política externa brasileira.

Ainda sob o enfoque político, verificou-se que por ocasião de sua criação, em 2008, o AFRICOM enfrentou dificuldades para conseguir apoio junto aos países africanos, que interpretavam que a criação desse Comando tinha como objetivo oculto, a militarização

estrangeira da África. Também havia o temor que o AFRICOM passaria a ser o único interlocutor entre os EUA e a África. Atualmente, já é possível observar melhorias na imagem do AFRICOM, em virtude do caráter colaborativo e multilateral de suas atividades, conforme evidenciado nas operações APS, que não estabelecem bases militares em solo africano e procuram pautar as suas atuações de acordo com os interesses da África. Entretanto, ainda existe o risco dos EUA terem a sua imagem atrelada a regimes repressivos e corruptos, que buscam cooperar com o AFRICOM com o intuito de usar essa parceria como um escudo, para cometerem abusos aos direitos humanos. Assim, vislumbra-se que a construção de parcerias internacionais, com países que gozem de um bom conceito junto ao povo africano, poderia configurar uma solução cabível, para que os EUA consigam mitigar essas dificuldades relacionadas à falta de apoio político.

Dentro desse escopo político-estratégico, em virtude das relações harmoniosas que unem os interesses brasileiros e africanos, pode-se concluir que o Brasil qualifica-se como eventual facilitador no relacionamento dos EUA com os africanos. Nesse caso, pode-se considerar essa conjuntura como um fator de força para o Brasil, que poderá negociar e opinar mais ativamente nas futuras cooperações com o AFRICOM, a fim de melhor atender aos interesses brasileiros na costa ocidental africana, bem como contribuir para a consolidação do Atlântico Sul como uma região de paz e cooperação.

Nesse contexto, pode-se interpretar que, a criação do AFRICOM envolveu, além do natural contexto referente à segurança, um relevante viés político no qual os EUA procuraram, ao mesmo tempo, conter as influências comerciais chinesas na África e melhorar a sua imagem perante o povo africano.

Portanto, à luz da análise sobre a criação do AFRICOM apresentada neste trabalho, evidenciou-se a importância estratégica da região que compreende o Atlântico Sul e a costa ocidental africana, tanto para o Brasil quanto para os EUA. Verificou-se, ainda, que

nesse espaço geográfico, as chamadas “novas ameaças” são as principais ameaças para ambos os países, sendo que, para fazer frente a esses desafios, é de fundamental importância o estabelecimento de parcerias em prol da segurança sul-Atlântica. Assim sendo, conclui-se que, de uma forma geral, os interesses da MB na costa ocidental da África e no Atlântico Sul são convergentes com os interesses do AFRICOM, principalmente as parcerias relacionadas com a promoção da paz e a segurança marítima na costa ocidental africana. Confirmando assim, a hipótese estabelecida neste trabalho, na qual o Brasil, em particular a MB, deverá cooperar com o AFRICOM na formação da consciência do domínio marítimo dos países limítrofes da África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH, Ken. **Law, Force & Diplomacy at Sea**. London: George Allen & Unwin Publishers, 1985. 564p.

BRASIL. **Decreto nº 4.778, de 11 de julho de 2003**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 26 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 08 mar. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota sobre a participação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS** (Nota) - Montevideu, Argentina, 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-2013-montevideu-14-a-16-de-janeiro-de-2013>> Acesso em: 17 jun. 2013.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003. 228p.

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008. 297 p.

CUNHA, Pedro B. **AFRICOM, Um Olhar Mais Abrangente Sobre África**. Lisboa, 2011. (Artigo). Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/eua/AFRICOM%20um%20olhar%20mais%20abrangente%20sobre%20C3%81frica.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

EISENHOWER, Dwight D. **The Eisenhower Doctrine on the Middle East, A Message to Congress**, The Department of State Bulletin, XXXVI, no. 917. Washington, DC, 1957. Disponível em: <<http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/08/HIST351-10.3.4-Presiden-Eisenhower.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

EUA. AFRICOM. **About United States Africa Command**, 2012a. Disponível em: <<http://www.africom.mil/AfricomFAQs.asp>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

EUA. AFRICOM. **Statement of General Carter Ham, U.S. Army, before the House Armed Services Committee**, 2012b. 26 p. Disponível em: <<http://www.africom.mil/fetchBinary.asp?pdfID=20120301102747>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

EUA. AFRICOM. **Statement of General WILLIAM E. WARD, U.S. Army, before the House Armed Services Committee**, 2010. 54 p. Disponível em: <<http://www.africom.mil/fetchBinary.asp?pdfID=20120301102747>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

EUA. Department of Defense. **Statement of General Martin E. Dempsey, U.S. Army, Chairman of the Joint Chiefs of Staff, before the American Forces Press Service**, 2012. Disponível em: <<http://www.defense.gov/News/NewsArticle.aspx?ID=67700pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

EUA. The White House. **National Security Strategy**, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

EUA. United States Navy. **A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower**, 2007a. Disponível em: <<http://www.navy.mil/maritime/Maritimestrategy.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

EUA. United States Navy. **Navy Maritime Domain Awareness Concept**, 2007b. Disponível em: <http://www.navy.mil/navydata/cno/Navy_Maritime_Domain_Awareness_Concept_FINAL_2007.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2013.

FEICKERT, Andrew. **The Unified Command Plan and Combatant Commands: Background and Issues for Congress**. Congressional Research Service, 2013. (Artigo). Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42077.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

FRANÇA, Júnia. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

GROVE, Eric. **The Future of Sea Power**. Annapolis: Naval Institute Press, 1990. 272p.

KENNAN, George. **The Sources of Soviet Conduct**. Council on Foreign Relations, New York, 1947. (Artigo). Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23331/x/the-sources-of-soviet-conduct>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MACMILLAN, Harold. **“The wind of change,” African Yearbook of Rhetoric**. Cape Town, SA, South Africa, 1960. 39p.

MELLO, Claudio H. de Almeida. **A PRESENÇA DA CHINA NA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA – O CASO DA NAMÍBIA: Implicações para o Poder Naval Brasileiro**. Orientador: Francisco Eduardo Alves de Almeida. 2012. 152 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

MESFIN, Berouk. **The Establishment and Implications of the United States Africa Command: An African Perspective**. 183. ed. Pretoria, South Africa: Institute for Security Studies, 2009. 12 p. (Artigo). Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24a6a8c7060233&lng=en&id=99270>>. Acesso em: 03 maio 2013.

NEWMAN, John. J. Barry; SCHMALBACH, John M. **United States History**. New York: Amsco School Publications, 2010. 734p.

OHAEGBULAM, Ugboaja. F. **US Policy in Post-colonial Africa: Four Case Studies in Conflict Resolution**. New York: Peter Lang Press, 2009. 267p.

PLOCH, Lauren. **Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. Congressional Research Service, 2011. (Artigo). Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

RAIDT, John; SMITH, Kristen E. **Advancing U.S., African, and Global Interests: Security and Stability in the West African Maritime Domain**. Washington, DC: Atlantic Council, 2010. 82p. (Artigo). Disponível em: <http://www.acus.org/files/publication_pdfs/3/advancing-us-african-global-interests-security-stability-west-africa-maritime-domain.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2013.

SAPOLSKY, Harvey M. **America's Command Structure**, 2009. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2009/09/07/americas-command-structure/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SARAIVA, José F. S. **África parceira do Brasil atlântico**. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012. 163p.

SARAIVA, José F. S; GALA, Irene V. **O Brasil e a África no Atlântico Sul: Uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul**. Brasília, s/d. (Artigo). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

SARAIVA, José. F. S. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** Artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292008000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 abr. 2013.

SCHRAEDER, Peter J. **United States Foreign Policy Toward Africa: Incrementalism, Crisis and Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 350p.

SILVA, Antonio. A. R. A. **“AS NOVAS AMEAÇAS” E A MARINHA DO BRASIL**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2006. 41p. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/egn/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

SOHN, Kathi. A. **The Global Fleet Station: A Powerful Tool for Preventing Conflict**. Naval War College Review, 2009. (Artigo). Disponível em: <<http://www.usnwc.edu/getattachment/80967e69-0fc0-4958-aa01-8dba6cadb495/Global-Fleet-Station,-The--A-Powerful-Tool-for-Pre.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

TEIXEIRA, Vinicius. M; ANSELMO, Rita de C. M. S. **AS EXPECTATIVAS BRASILEIRAS SOBRE O ATLÂNTICO SUL PARA SÉCULO XXI: Geopolítica e desenvolvimento tecnológico**. Porto Alegre, 2010. (Artigo). Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2453>. Acesso em: 12 abr. 2013.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz; PEREIRA, Ana Lúcia. **Breve História da África**. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2007.

WIEMER, Fernando. E. S. **A Concepção Político-Estratégica e a Atuação Internacional da Marinha do Brasil**. Aula Inaugural. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013. Slides 10, 24, 42. Notas de aula.

YERGIN, Daniel; STANISLAW Joseph. **The Commanding Heights: The Battle Between Government and the Marketplace that is Remaking the World.** New York: Simon& Schuster, 1998. 457p.

ANEXO A

RELACIONAMENTO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA

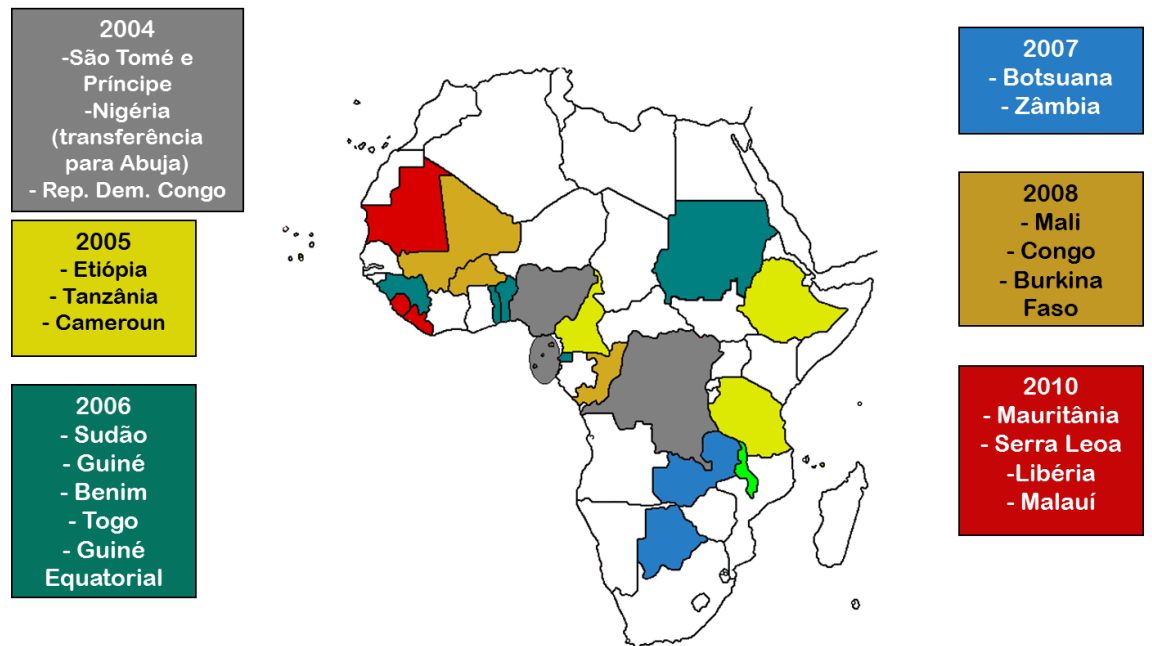


Figura 2 - Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África – 2003-2010.
 Fonte: JORGE, N., 2012; MELLO, C. 2012.

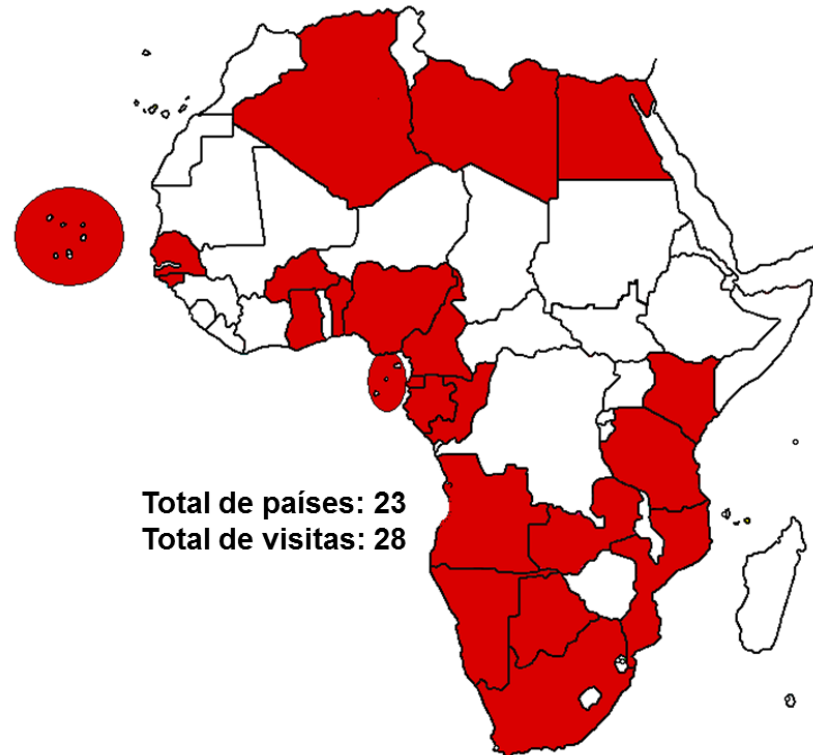


Figura 3 - Visitas do Presidente Lula da Silva a países africanos – 2002-2010.
Fonte: JORGE, N., 2012; MELLO, C. 2012.

ANEXO B
ESTRUTURA MILITAR DOS EUA

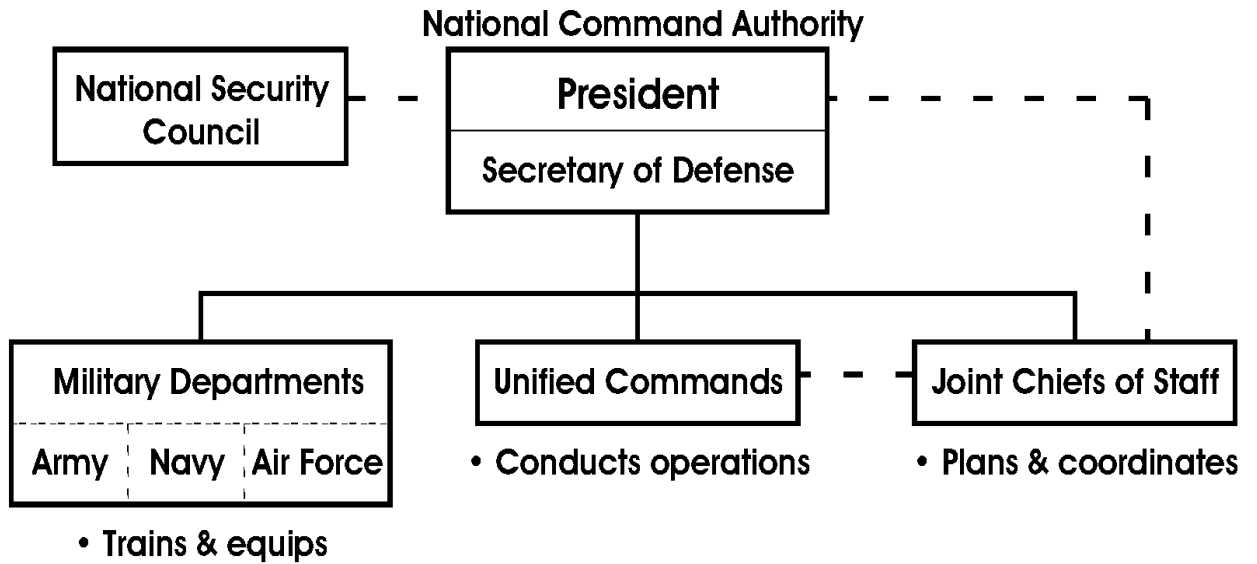


Figura 4 – Estrutura Militar dos EUA

Fonte: Disponível no sítio: <<http://en.academic.ru/dic.nsf/enwiki/3760603>>. Acesso em: 28 jun. 2013.